

Populações e desenvolvimento

30 anos pensando, repensando
e construindo o Brasil



Richarlls Martins e
Paula Miranda-Ribeiro
(organizadores)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Populações e desenvolvimento [livro eletrônico] :
30 anos pensando e repensando o Brasil /
organização Richarlls Martins, Paula
Miranda-Ribeiro. -- Rio de Janeiro :
Círculo de Giz, 2026.
PDF

Bibliografia
ISBN 978-65-997182-9-8

1. Demografia - Brasil 2. Direitos humanos
3. Políticas públicas - Brasil 4. População - Brasil
- Indicadores I. Martins, Richarlls. II.
Miranda-Ribeiro, Paula.

26-346663.0

CDD-304.6

Índices para catálogo sistemático:

1. População brasileira : Projeção da demanda
demográfica habitacional : Resultados :
Sociologia 304.6

Livia Dias Vaz - Bibliotecária - CRB-8/9638

Revisão: Rita Elias, Mariana Barbosa, Miro Figueiredo e Jaqueline Paiva.
Projeto gráfico, design e diagramação: Diogo C. Nunes e Ricardo Pavão.

Imagem de capa: *Guaiapi*, Luciano Cian, 2023.



O conteúdo do livro *Populações e desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil*, exceto a imagem de capa, está disponível sob a licença *Creative Commons CC BY-NC*: permitida reprodução desde que referenciados os autores e para fins não comerciais.

Círculo de Giz Editorial

www.circulodegiz.org contato@circulodegiz.org 21 96826-8550

“ Quero lembrar aqueles que já não estão mais aqui e já se foram, se foram na luta pela liberdade de expressão. E que possamos continuar juntos fazendo o que for possível para o bem comum e para o bem de todos.

Elza Berquó, 10 de outubro de 2025.

**“ Jovens, continuem a estudar.
Continuem a defender a democracia.**

Elza Berquó, 30 de agosto de 2021.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Elza Berquó', written in a cursive style.

Sumário

- 7** *Prefácio: um bom convite para pensar, repensar e construir o Brasil*
Nísia Trindade Lima
- 9** *Apresentação*
Florbela Fernandes
- 14** *Notas da organização: um processo público para reflexão e ação na agenda de população e desenvolvimento*
Richarlls Martins e Paula Miranda-Ribeiro
- 18** *História, presente e futuro nos temas de População e desenvolvimento*
Carmen Barroso e Jacqueline Pitanguy
- 40** *O ciclo de conferências de População e o pós-Cairo: os desafios da dinâmica demográfica recente*
Eduardo Rios-Neto
- 60** *Direitos reprodutivos, saúde sexual e reprodutiva, gênero e famílias: linguagens inscritas em uma geopolítica multipolar de outrora e o papel do Brasil*
Richarlls Martins
- 87** *Desenvolvimento centrado em pessoas e direitos: da Agenda do Cairo à Agenda 2030*
Ana Luisa Jorge Martins, Alice Junqueira Terra Caffaro, Thiago Gehre Galvão e Rômulo Paes-Sousa
- 115** *A transição demográfica no Brasil: fundamentos teóricos e evidências históricas*
Cássio Turra e Fernando Fernandes
- 154** *Antes e depois de Cairo-94: síntese de um século de história dos níveis da fecundidade brasileira*
Laura Wong e Ana Paula Verona
- 187** *Mudanças recentes na mortalidade no Brasil: tendências e desigualdades em três décadas*
Bernardo Lanza Queiroz e Julia Calazans
- 220** *Migração, migrações: facetas do fenômeno migratório e suas características no Brasil no século XXI*
José Marcos Pinto da Cunha e Rosana Baeninger

- 261** *População, ambiente e justiça socioambiental: a transformação da Agenda no Brasil 30 anos após a Conferência do Cairo*
Igor Cavallini Johansen e Alisson Flávio Barbieri
- 281** *Educação e trabalho na agenda de População e desenvolvimento: conquistas e desafios 30 anos pós-Cairo*
Barbara Cobo
- 305** *Três décadas da CIPD Cairo: avanços e desafios contemporâneos relacionados com a saúde no Brasil*
Marília Miranda Forte Gomes e Ana Maria Nogales Vasconcelos
- 322** *Gerações e desigualdades no Brasil: desafios para crianças, jovens e idosos*
Ana Amélia Camarano e Enid Rocha Andrade da Silva
- 347** *O Programa de ação do Cairo e as famílias brasileiras no século XXI*
Joice Melo Vieira, Sandra Mara Garcia e Ianca Almeida
- 372** *Do país católico à nação cristã do Censo 2022: a construção de um espaço simbólico de dominação e embate em torno do gênero*
Maria José Rosado Nunes, Olívia Bandeira e Carla Angelini
- 395** *Saúde e direitos sexuais e reprodutivos no Brasil trajetórias e futuros incertos*
Margareth Arilha, Sandra Valongueiro e Angelita Alves de Carvalho
- 455** *Para além das diferenças por sexo: limites e possibilidades da perspectiva de gênero na Demografia*
Glauca dos Santos Marcondes e Luana Junqueira Dias Myrrha
- 480** *Diversidade sexual e de gênero e a Agenda de População e desenvolvimento no Brasil: 30 anos após o Cairo*
Samuel Araujo Gomes da Silva e Fernanda Fortes de Lena
- 506** *Raça no debate sobre população e desenvolvimento e o papel do ODS 18*
Tatiana Dias Silva, Luciano Pereira da Silva, Emanuel Henrique de Sousa Loureto e Iqui Djú
- 523** *Povos Indígenas no Brasil: direitos na agenda de população e desenvolvimento e visibilidade estatística*
Marta Azevedo, Rosa Colman, Alessandra Traldi Simoni, Marta Antunes, Bruno Nogueira Guimarães, Bárbara Cunha e Ricardo Ventura Santos
- 547** *Pessoas com deficiência e sua trajetória por direitos*
Laís Silveira Costa, Danielle Bittencourt, Carina Magalhães Barbosa e Carolina Aguiar da Costa Nascimento

- 575** *Vidas à margem: motivos e significados atribuídos ao viver nas ruas*
Andréa Branco Simão e Laura Maciel Freitas
- 598** *A produção de dados e o legado da CIPD no Brasil*
Cimar Azeredo
- 647** *O Brasil e a Agenda de População e desenvolvimento: avanços recentes e dilemas de financiamento*
Enid Rocha
- 670** *Divulgação científica na ABEP (2020–2025): adaptações e fortalecimento da Agenda de População e desenvolvimento em diálogo com a sociedade*
Luciana Conceição de Lima, Roberta Guimarães Peres, Tathiane Mayumi Anazawa, Elzira Lúcia de Oliveira e Adriana Miranda-Ribeiro
- 688** *O Cedeplar diante dos desafios da agenda de população e desenvolvimento: o ensino de Demografia, a cooperação Sul-Sul e o fortalecimento das capacidades institucionais*
Paula Miranda-Ribeiro
- 701** *O papel pioneiro de Elza Berquó na saúde sexual e reprodutiva*
Margareth Arilha e Alberto Jakob
- 719** *População, desenvolvimento e informação: a mediação institucional entre ciência, comunicação e sociedade*
Ana Carolina Soares Bertho, Alinne Magalhães Gomes e Flávia Pinto de Carvalho
- 738** *Expandindo fronteiras da demografia no Brasil: a experiência do PPgDem/UFRN no Nordeste*
Luciana Lima, Ricardo Ojima e Marcos Roberto Gonzaga
- 758** *30 anos da CNPD: o necessário debate sobre institucionalidade, população, desenvolvimento e capacidades estatais no Brasil*
Richarlls Martins
- 796** *Relatório de Atividades da CNPD entre 1995 e 2002.*
- 818** *Posfúcio: Cairo 30+, entre o legado e a reconfiguração do futuro*
Diana Oya Sawyer
- 823** *Anexo: imagem do rascunho escrito por Elza Berquó do Decreto de criação da CNPD*
- 825** *Quarta capa*
Luciana Mendes Santos Servo

Prefácio: um bom convite para pensar, repensar e construir o Brasil

Nísia Trindade Lima¹

A obra *Populações e desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil*, organizada por Richarlls Martins e Paula Miranda-Ribeiro, reúne 30 capítulos que analisam componentes da agenda de população e desenvolvimento em âmbito nacional. A publicação coincide com o marco celebratório dos trigéssimos aniversários da paradigmática Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD) e da instalação da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento do Brasil (CNPD).

Apresentam-se reflexões a partir das quais o pensamento sobre o Brasil e a construção do país alinham-se na história como “uma janela que se abre para o passado e o presente”, por meio de projeções dos diferentes temas populacionais que organizam elaborações plurais sobre “o futuro como produto da imaginação histórica” (Lima, 2022, p. 889). Fotografias do Brasil orientam a compreensão das séries temporais, evidenciam avanços e limites conjunturais e apontam perspectivas para respostas possíveis. Essa mesma dinâmica conduz as análises textuais apresentadas pelas dezenas de autoras e autores que contribuem para os diferentes capítulos, em uma obra que prima pelo trabalho coletivo e pela diversidade, sem, no entanto, perder a coerência em torno da pesquisa criteriosa das populações e do desenvolvimento do país.

Os pensamentos sobre o Brasil, descritos por aproximadamente 70 autoras e autores nesta publicação, circunscrevem uma realidade demográfica nacional na qual o acelerado envelhecimento da população, o avançado declínio na fecundidade e os padrões de urbanização e mobilidade complexas são constituídos por históricos marcadores de desigualdades. Os capítulos enfatizam que as mudanças demográficas em curso produzem uma transformação nas políticas relativas à população, seja na educação, no trabalho, na saúde e na proteção social, exigindo respostas setoriais integrais, que reflitam as necessidades de informações e financiamento adequadas, para garantia de direitos de uma população diversa.

1

Pesquisadora emérita da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), doutora em Sociologia, mestre em Ciência Política, foi membro do Comitê Diretor Internacional da Cúpula de Nairóbi sobre os 25 anos da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD25), presidente da Fiocruz entre 2017-2022 e Ministra de Estado da Saúde de janeiro de 2023 a março de 2025.

Como alternativa proposta à negação da ciência e afirmando o papel das e dos cientistas no subsídio conceitual e no fazer concreto do país, *Populações e desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil* é um registro de colaboração que congrega uma explícita intenção intelectual e ética interdisciplinar. Os temas aqui analisados – entre eles, família, gerações, religião, gênero, sexualidade, raça, povos indígenas, pessoas com deficiência, população em situação de rua, ambiente – apresentam múltiplas abordagens, com visões complexas que apontam, inevitavelmente, conflitos. É uma obra em que se observa a construção de temáticas que organizam os modos de nascer, viver e morrer tão desiguais, indicando caminhos viáveis que permitem ampliar o debate no interior da agenda de população e desenvolvimento. Apresenta-se assim um livro que se define pela interdisciplinaridade e valoriza, nas convergências e tensões, o lugar científico sobre o pensar e o construir de um Brasil, desempenhando papel relevante também na conjuntura global.

Este livro poderá inspirar novos estudos que auxiliem no tratamento das conexões entre passado, presente e futuro na agenda de população e desenvolvimento, com especial atenção à contribuição científica, ao cuidado com a institucionalidade e à organização de um planejamento alinhado com as informações de qualidade. As análises aqui apresentadas retratam o passado como exercício de modos plurais para imaginar outros Brasis, mais justos e democráticos, em que se mantenham os avanços alcançados e se superem as falhas na promoção dos direitos.

Uma aposta possível, que permeia esta publicação, é a reflexão crítica de que os temas populacionais integram dimensões diversas de temporalidades e apontam outras perspectivas inclusivas e sustentáveis para a construção do desenvolvimento nacional e global. Os 30 anos da agenda de população e desenvolvimento e suas inovações, explorados nas mais de 800 páginas desta publicação, auxiliam-nos na compreensão dos desafios do presente, especialmente quanto à importância da comunidade científica, dos ativismos e do fazer do Estado para a produção do bem comum. Esse é o bom convite que nos faz o livro *Populações e desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil*.

Referência

Lima, N. T.. A história como janela para o futuro: os 21 anos do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 29, n. 4, p. 887–889, out. 2022.

Apresentação

Florbela Fernandes¹

¹
Representante do Fundo de População das Nações Unidas no Brasil e representante de país para o Uruguai e o Paraguai

Ao longo das últimas décadas, o campo de população e desenvolvimento deixou de ser compreendido como um domínio estritamente técnico, circunscrito à mensuração de nascimentos, mortes e taxas de crescimento, para afirmar-se como um espaço central de reflexão sobre direitos humanos, justiça social, igualdade de gênero, organização do Estado e sustentabilidade ambiental. O que antes era tratado predominantemente como estatística passou a ser reconhecido como expressão das trajetórias de vida das pessoas, das oportunidades disponíveis e das escolhas que moldam o futuro das sociedades.

Hoje, falar de população e desenvolvimento é falar de pessoas – de suas capacidades, liberdades e aspirações – e do modo como as instituições públicas e a sociedade se organizam para gerar oportunidades. Trata-se de reconhecer que a dinâmica demográfica reflete não apenas tendências numéricas, mas também condições estruturais, desigualdades persistentes e possibilidades concretas de inclusão, proteção e bem-estar.

Essa transformação conceitual acompanha uma evolução mais ampla na compreensão do desenvolvimento. Se, no passado, o progresso era frequentemente medido por indicadores econômicos agregados, hoje, reconhece-se que o desenvolvimento sustentável se expressa na expansão das liberdades humanas, no acesso equitativo a direitos e na capacidade das instituições de responder às necessidades de populações diversas e em constante transformação. A dinâmica populacional constitui, nesse sentido, um espelho das estruturas sociais e um elemento essencial para a formulação de políticas públicas orientadas para a equidade e a justiça social.

Até o início dos anos 1990, o debate internacional sobre população era frequentemente estruturado por uma tensão recorrente entre crescimento populacional e desenvolvimento econômico, traduzida, não raro, em políticas orientadas ao controle demográfico ou em estratégias de gestão quantitativa das populações. Esse paradigma tratava a população como variável a ser ajustada, e não como sujeito de direitos. A perspectiva predominante concentrava-se em metas numéricas e indicadores agregados, muitas vezes desconsiderando os determinantes sociais, culturais e econômicos que influenciam comportamentos reprodutivos e trajetórias de vida.

O enfoque começou a se transformar de maneira decisiva com a realização da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), no Cairo, em 1994. O encontro representou um marco histórico ao reposicionar a dignidade humana, os direitos e o bem-estar no centro das políticas populacionais. O consenso político alcançado redefiniu os termos do debate global: a população deixou de ser vista como um problema técnico isolado e passou a ser reconhecida como sujeito ativo de direitos, portadora de capacidades e potencial transformador.

O Programa de Ação adotado por 179 países consolidou esse entendimento ao articular, de forma explícita, direitos reprodutivos, igualdade de gênero, acesso universal à saúde e à educação, redução da pobreza, sustentabilidade ambiental e participação social. Ao fazê-lo, estabeleceu um novo marco normativo e ético: o desenvolvimento sustentável depende da garantia de direitos, da autonomia das pessoas e da promoção da igualdade de oportunidades ao longo do ciclo de vida.

A partir dessa inflexão histórica, o eixo das políticas públicas deslocou-se da regulação do número de pessoas para a criação das condições que permitem a cada indivíduo viver com autonomia e dignidade. A liberdade de decidir se, quando e quantos filhos ter tornou-se um princípio estruturante das políticas públicas modernas. Esse princípio não apenas reformulou políticas demográficas, mas também estabeleceu uma visão ética e estratégica para a atuação do Estado e da sociedade civil, reafirmando que o desenvolvimento verdadeiro se mede pela ampliação das liberdades humanas e pela construção de oportunidades equitativas.

O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), criado em 1969, desempenhou papel central na implementação dessa agenda. Após a Conferência do Cairo, consolidou-se como referência global no apoio técnico, financeiro e político a políticas de população e desenvolvimento baseadas em direitos. Sua atuação abrange o fortalecimento de sistemas estatísticos e registros civis, o apoio à formulação de políticas de saúde sexual e reprodutiva, a promoção da igualdade de gênero, a prevenção e resposta à violência baseada em gênero, o empoderamento de jovens e a incorporação da dinâmica populacional no planejamento territorial e nas estratégias de desenvolvimento.

Nos 150 países e territórios, o UNFPA tem contribuído para traduzir compromissos globais em capacidades nacionais concretas, demonstrando que políticas orientadas por direitos produzem resultados tangíveis e duradouros para milhões de pessoas. Essa atuação evidencia que investir nas pessoas é investir na estabilidade social, na prosperidade compartilhada e na sustentabilidade intergeracional.

No Brasil, esse movimento global encontrou terreno fértil para inovações institucionais e políticas públicas orientadas por direitos. A criação da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPDP), em 1995 – primeira instância dessa natureza na América Latina –, representou uma resposta estratégica aos compromissos assumidos no Cairo. Mais do que um órgão técnico, a CNPDP consolidou-se como espaço permanente de articulação política e institucional, conectando produção de conhecimento, formulação de políticas públicas e compromissos internacionais.

Ao integrar representantes do governo, da academia e da sociedade civil, a Comissão contribuiu para consolidar uma cultura de diálogo, cooperação intersetorial e monitoramento contínuo das políticas de população e desenvolvimento. A arquitetura institucional permitiu ao Brasil desenvolver respostas integradas para desafios complexos, incorporando evidências científicas, participação social e compromissos de direitos humanos na formulação e implementação de políticas públicas.

A CNPDP também desempenhou papel relevante na construção de consensos regionais. Sua experiência inspirou iniciativas que culminaram no Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento, amplamente reconhecido como o acordo regional mais avançado do mundo em direitos reprodutivos, igualdade de gênero e proteção de grupos historicamente excluídos. Ao longo do percurso, o Brasil demonstrou que países em desenvolvimento podem não apenas participar, mas também exercer liderança no debate global, reafirmando a centralidade da dignidade humana, da justiça social e da equidade.

A presente obra, *Populações e desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil*, insere-se nesse contexto histórico como instrumento de memória institucional e reflexão prospectiva. Ao reunir pesquisadoras e pesquisadores de distintas áreas do conhecimento, a publicação oferece uma análise abrangente das transformações demográficas, institucionais e conceituais ocorridas desde a década de 1990, bem como dos desafios emergentes em um país que envelhece rapidamente, apresenta níveis de fecundidade abaixo da reposição e ainda convive com desigualdades estruturais persistentes.

Os dados demográficos ilustram a magnitude dessas transformações. A esperança de vida ao nascer passou de cerca de 48 anos em 1950 para aproximadamente 76 anos em 2024. A mortalidade infantil reduziu-se de forma expressiva no mesmo período, refletindo avanços no acesso à saúde, saneamento, vacinação e proteção social. A taxa de fecundidade total, que ultrapassava seis filhos por mulher nos anos 1960, encontra-se hoje abaixo do nível de reposição. Paralelamente, cresce a proporção de pessoas ido-

sas, redesenhando relações intergeracionais e impondo novos desafios aos sistemas de saúde, previdência e cuidado.

Nesse cenário, a produção e a governança de dados assumem papel estratégico. O fortalecimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a modernização dos censos demográficos e a integração de registros administrativos ampliaram a visibilidade estatística de grupos historicamente sub-representados e permitiram identificar desigualdades com maior precisão. Produzir dados deixou de significar apenas contar pessoas; passou a significar reconhecer diferenças, orientar políticas públicas e promover equidade.

O Censo Demográfico de 2022 representa um marco nessa trajetória, amplamente reconhecido como o mais digital, georreferenciado e inclusivo da história brasileira. Sua realização demonstrou resiliência institucional diante dos desafios impostos pela pandemia de COVID-19 e reafirmou o compromisso nacional com o princípio de não deixar ninguém para trás.

A agenda populacional contemporânea envolve decisões políticas importantes relacionadas à distribuição de recursos, organização do cuidado, planejamento territorial, mobilidade humana e sustentabilidade intergeracional. A redução sustentada da fecundidade, por exemplo, resulta da expansão de oportunidades educacionais, da participação das mulheres no mercado de trabalho, do acesso a métodos contraceptivos modernos, da urbanização e da transformação de valores sociais.

Apesar dos avanços, persistem desigualdades profundas e estruturais. Diferenças regionais, raciais e socioeconômicas continuam a influenciar indicadores de saúde, educação e renda. A mortalidade materna ainda afeta desproporcionalmente mulheres negras, enquanto a gravidez na adolescência permanece mais elevada em territórios marcados por pobreza persistente e menor acesso a serviços públicos. Esses padrões evidenciam que a transição demográfica ocorre em múltiplas velocidades, exigindo respostas políticas sensíveis às desigualdades estruturais.

Ao mesmo tempo, o país enfrenta desafios emergentes associados ao envelhecimento populacional, às mudanças climáticas, à mobilidade humana e às transformações tecnológicas. A organização social do cuidado torna-se dimensão central diante da redução do tamanho médio das famílias e da sobrecarga historicamente suportada pelas mulheres. A construção de sistemas integrados de cuidado e de proteção social adaptativa será essencial para assegurar dignidade, equidade e sustentabilidade entre gerações.

No plano internacional, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável reafirma a interdependência entre população, desenvolvimento e sustentabilidade ambiental. Em um contexto global marcado por incerte-

zas e polarizações, reforça-se a necessidade de soluções multilaterais baseadas na cooperação, na solidariedade e no respeito aos direitos humanos. O Brasil tem reafirmado seu compromisso com o multilateralismo e com a centralidade da dignidade humana como fundamento das políticas públicas.

Celebrar os 30 anos da CNPD significa, portanto, celebrar mais do que uma trajetória institucional. Significa reafirmar um projeto de país comprometido com a promoção de direitos, a redução das desigualdades e a construção de um futuro sustentável e inclusivo para todas as pessoas.

Mais que administrar números, liderar na agenda de população e desenvolvimento significa orientar processos sociais, ampliar oportunidades e transformar vidas.

O futuro não será determinado pelo tamanho da população, mas pela capacidade de garantir direitos.

Será definido pela força das instituições que promovem equidade, pela coragem de enfrentar desigualdades históricas, pela capacidade de cuidar, incluir e proteger, e pela decisão coletiva de colocar as pessoas no centro das políticas públicas.

Essa é a visão que orienta o UNFPA: assegurar que cada gravidez seja desejada, cada parto seja seguro e cada jovem possa desenvolver plenamente seu potencial.

Ao transformar sua dinâmica demográfica em força para ampliar oportunidades, reduzir desigualdades e valorizar a diversidade humana, o Brasil poderá enfrentar os desafios do presente enquanto constrói uma sociedade mais justa, coesa e resiliente para as próximas gerações.

Esta publicação não apenas registra conquistas.

Ela reafirma valores.

Renova compromissos.

E inspira ação.

Porque falar de população é falar de pessoas.

E falar de pessoas é falar de dignidade, de oportunidades e de um destino compartilhado.

Um destino que se constrói com direitos,

com justiça,

com solidariedade,

e com a convicção inabalável de que ninguém deve ficar para trás.

Notas da organização: um processo público para reflexão e ação na agenda de população e desenvolvimento

Richarlls Martins¹ e Paula Miranda-Ribeiro²

Pouco mais de trinta anos se passaram desde a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD 1994), marco histórico que redefiniu a agenda global ao reconhecer a reprodução como parte integrante dos direitos humanos. Realizada no Cairo, Egito, a conferência – a última de âmbito mundial promovida pelas Nações Unidas sobre população – transformou profundamente o modo de pensar as relações entre população e desenvolvimento.

No Brasil, esse novo paradigma impulsionou, em 1995, a criação da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPDP), instituída com o propósito de monitorar a agenda de população e desenvolvimento e subsidiar a implementação, no contexto nacional, dos compromissos firmados internacionalmente. A CNPDP passou, ao longo de sua história, por momentos de instabilidade institucional, chegando a ser extinta em 2019 para, em 2024, ser refundada com uma composição paritária entre governo e sociedade civil. Atualmente, a CNPDP atua com a finalidade de contribuir para a formulação de políticas e para a implementação de ações integradas relativas à população e ao desenvolvimento no País, estimulando a participação social.

A Associação Brasileira de Estudos de População (ABEP), fundada em 1976, não apenas acompanhou e analisou as profundas transformações demográficas ocorridas ao longo dos últimos 50 anos, como também desempenhou papel decisivo na inserção do Brasil na CIPD 1994 e na criação da CNPDP. A ABEP coordenou estudos e documentos fundamentais para subsidiar os debates da Conferência, além de indicar especialistas da própria Associação para integrar a delegação brasileira que representou o país no Cairo. No que tange à CNPDP, sua concepção teve origem no âmbito da Associação, tendo como primeira presidenta Elza Berquó, uma das fundadoras da ABEP.

1

Presidente da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPDP), doutor em Saúde Coletiva, mestre em Políticas Públicas em Direitos Humanos e professor do NEPPDH da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

2

Professora titular do Departamento de Demografia e Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista de produtividade do CNPq. Presidenta da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) em 2023-2024. Mestre em Demografia pelo Cedeplar, PhD em Sociologia pela University of Texas at Austin.

É nessa conjuntura de recuperação da memória política-institucional, análise dos cenários atuais e projeções de possibilidades que se insere o livro *Populações e Desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil*. A obra foi idealizada durante o XXIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em setembro de 2024, em Brasília, a partir de diálogos entre Paula Miranda-Ribeiro, então presidenta da ABEP, Richarlls Martins, presidente da CNPD, e Junia Quiroga, representante auxiliar do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Mais do que celebrar três marcos – os 30 anos da CIPD 1994, os 30 anos da CNPD e os 50 anos da ABEP –, o livro propõe uma reflexão crítica sobre o país, ao abordar temas centrais e contemporâneos, oferecendo uma contribuição abrangente, diversa, consistente e qualificada ao debate sobre população e desenvolvimento e à construção do Brasil.

Com prefácio de Nísia Trindade, apresentação de Florbela Fernandes, posfácio de Diana Sawyer e quarta capa de Luciana Servo, a obra reúne 30 capítulos assinados por 66 autoras e autores, organizados em quatro sessões. A primeira, composta por quatro capítulos, traça um panorama do passado, do presente e das perspectivas futuras nos temas de população e desenvolvimento (Jacqueline Pitanguy e Carmen Barroso), examina o ciclo de conferências internacionais sobre população (Eduardo Rios-Neto) e analisa o papel do Brasil nesse contexto, com foco nas linguagens mais controversas em disputa (Richarlls Martins). Além disso, projeta o olhar ao integrar a discussão no marco da Agenda 2030 (Ana Luísa Jorge Martins, Alice Junqueira Terra Caffaro, Thiago Gehre Galvão e Rômulo Paes-Sousa).

A segunda sessão, composta por dezenove capítulos, traz reflexões sobre temas que compõem a agenda, tais como a transição demográfica (Cássio Turra e Fernando Fernandes), os componentes da dinâmica populacional – fecundidade (Laura Wong e Ana Paula Verona), mortalidade (Bernardo Lanza Queiroz e Julia Calazans) e migrações (José Marcos Pinto da Cunha e Rosana Baeninger) –, ambiente e justiça socioambiental (Alisson Barbieri e Igor Cavallini Johansen), famílias (Joice Melo Vieira, Sandra Mara Garcia e Ianca Almeida), educação e trabalho (Bárbara Cobo), saúde (Marília Miranda Forte Gomes e Ana Maria Nogales Vasconcelos), saúde e direitos sexuais e reprodutivos (Margareth Arilha, Sandra Valongueiro e Angelita Alves de Carvalho), gênero (Glaucia dos Santos Marcondes e Luana Junqueira Dias Myhrra), gerações (Ana Amélia Camarano e Enid Rocha Andrade da Silva), raça (Tatiana Dias Silva, Luciano Pereira da Silva, Emanuel Henrique de Sousa Loureto e Iqui Djú), diversidade sexual e de gênero (Samuel Araújo Gomes da Silva e

Fernanda Fortes e Lena), religião (Maria José Rosado Nunes, Olívia Bandeira e Carla Angelini), povos indígenas (Marta Azevedo, Rosa Colman, Alessandra Traldi Simoni, Marta Antunes, Bruno Nogueira Guimarães, Bárbara Cunha e Ricardo Ventura Santos), pessoas com deficiência (Laís Silveira Costa, Danielle Bittencourt, Carina Magalhães Barbosa e Carolina Aguilar da Costa Nascimento), população em situação de rua (Andréa Simão e Laura Maciel Freitas), a produção de dados (Cimar Azeredo) e questões de financiamento (Enid Rocha Andrade da Silva).

A terceira sessão reúne seis capítulos dedicados à análise de elementos centrais da agenda de população e desenvolvimento a partir da perspectiva de seis instituições que têm atuado de forma decisiva nesse campo: a ABEP, os quatro programas brasileiros de pós-graduação na subárea de Demografia – Cedeplar/UFGM, ENCE/IBGE, Nepo/Unicamp e UFRN – e a CNPD.

A produção e a difusão científica da ABEP entre 2020 e 2025, bem como seu papel no fortalecimento dessa agenda, são abordados no capítulo escrito pela atual diretoria da ABEP, que conta com autoria de Luciana Lima, Roberta Peres, Tathiane Anazawa, Elzira Oliveira e Adriana Miranda-Ribeiro. No âmbito dos programas de pós-graduação, Paula Miranda-Ribeiro discute o ensino de Demografia, a cooperação Sul-Sul e as capacidades institucionais a partir da experiência do Cedeplar. Em seguida, Ana Carolina Soares Bertho, Alinne Magalhães Gomes e Flávia Pinto de Carvalho destacam o papel das instituições de ensino superior e dos institutos de estatística e pesquisa – em especial a ENCE e o IBGE – na mediação entre ciência, comunicação e sociedade. O protagonismo pioneiro de Elza Berquó na área de saúde sexual e reprodutiva é analisado por Margareth Arilha e Alberto Jakob, do Nepo/Unicamp. Luciana Lima, Ricardo Ojima e Marcos Gonzaga discutem a contribuição do Programa de Pós-Graduação em Demografia da UFRN para a redução das desigualdades regionais. Já o capítulo de Richardlls Martins examina o histórico da CNPD, com base nas capacidades estatais e na promoção das políticas em população e desenvolvimento no Brasil nestes 30 anos.

Por fim, a quarta e última parte do livro consiste no relatório de atividades da gestão de Elza Berquó frente à CNPD, que ainda não havia sido publicado.

O presente livro materializa um compromisso coletivo de 70 pesquisadoras e pesquisadores com a promoção da ampliação dos direitos para toda a população brasileira e a afirmação da ciência como fonte para pensar e construir o Brasil. Este projeto contou com a escrita voluntária de todas as autoras supracitadas e todos os autores supracitados, a quem agradece-

mos o pronto aceite em contribuir para a ampliação do alcance público da agenda de população e desenvolvimento. De tal modo, agradecemos ao Fundo de População das Nações Unidas no Brasil (UNFPA), à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD), que apoiaram a materialização dessa publicação. Nosso agradecimento ao Luciano Cian, que gentilmente cedeu a imagem de capa que, com seus traços, simbolicamente ilustra a diversidade interseccional da população brasileira, e ao trabalho da Editora Círculo de Giz, em nome de Diogo Nunes, que nos acompanhou nesse percurso.

A publicação *Populações e Desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil* observa as encruzilhadas sobre o pensamento social brasileiro, a sua população e o seu desenvolvimento. As páginas a seguir são um chamado público para a elaboração de possíveis caminhos para a construção de agendas públicas inclusivas, sustentáveis e plurais. Desejamos a todas as pessoas uma boa leitura e abertura para a escuta destes urgentes chamados!

A transição demográfica no Brasil: fundamentos teóricos e evidências históricas

Cássio M. Turra¹ e Fernando Fernandes²

¹
Doutor em Demografia pela Universidade da Pensilvânia, Professor do Departamento de Demografia, Cedeplar, UFMG.

²
Economista, mestre e doutor em Demografia pelo Cedeplar da UFMG.

O modelo de transição demográfica

A teoria da transição demográfica se consolidou ao longo do século XX como a principal interpretação da mudança nos regimes de mortalidade e fecundidade. Em sua formulação clássica, a teoria descreve a passagem de um regime demográfico caracterizado por níveis elevados de mortalidade e fecundidade para outro marcado por níveis relativamente baixos dessas variáveis. Em suas origens, a teoria teve um caráter predominantemente descritivo e indutivo, derivado da observação de regularidades empíricas na experiência histórica de alguns países. A mudança nos padrões de natalidade e mortalidade foi de início identificada nas populações europeias e, posteriormente, em diversas outras regiões do mundo. A recorrência desse padrão em diferentes contextos históricos levou à sua interpretação como um processo amplo de transformação demográfica associado à modernização das sociedades.

Nesse sentido, mais do que uma simples mudança nas taxas de natalidade e mortalidade, a transição demográfica representa uma profunda reconfiguração das populações (Dyson, 2011). Esse processo alterou os padrões de mortalidade e natalidade e, conseqüentemente, o crescimento populacional, resultando em uma estrutura etária mais envelhecida (Lee, 2003). Ao modificar a duração do ciclo de vida e o tamanho das famílias, a transição demográfica tem redefinido as relações entre gerações e alterado as bases demográficas sobre as quais se organizam as instituições econômicas e sociais.

No início do século XX, surgiram as primeiras tentativas de identificar regularidades nos padrões de crescimento populacional. Thompson (1929) propõe uma classificação de países com base em combinações de natalidade, mortalidade e crescimento populacional, sugerindo que essas diferenças refletem estágios distintos de transformação socioeconômica.

Landry (1934) argumenta que as sociedades modernas estavam passando por uma revolução demográfica (*révolution démographique*), marcada por mudanças profundas no comportamento reprodutivo e na relação entre famílias e economia. Notestein (1945), com base na experiência da Europa e da América do Norte, sistematiza o que se tornou a interpretação dominante: uma sequência característica de mudanças demográficas. Inicialmente, ocorre a queda da mortalidade, associada a melhorias nas condições de vida, no saneamento, na nutrição e no conhecimento médico. Em seguida, as transformações econômicas e sociais levam à queda da fecundidade. O intervalo entre esses dois processos caracteriza uma fase de crescimento populacional acelerado.

Davis (1945) aprofunda essa interpretação ao enfatizar que o declínio da fecundidade não é uma consequência automática da queda da mortalidade. A queda da fecundidade depende de mudanças institucionais mais amplas associadas à modernização das sociedades: a reorganização da família, a expansão da educação, a urbanização e as mudanças no papel econômico das crianças. À medida que o custo de criação dos filhos aumenta e o valor econômico do trabalho infantil diminui, as famílias passam a ajustar seus comportamentos reprodutivos às novas condições sociais e econômicas. A transição demográfica pode ser interpretada como um ajuste gradual entre as instituições sociais, a sobrevivência e o comportamento reprodutivo.

A teoria da transição demográfica se consolidou como o paradigma dominante da demografia. O modelo ganhou influência não apenas por sua elegância conceitual, mas também por sua capacidade de sintetizar um padrão histórico observado em diferentes regiões do mundo (Kirk, 1996). Apesar das diversidades culturais, a transição passou a ser interpretada como um processo universal e irreversível. Contudo, nos primeiros anos após sua formulação, análises metodológicas apontaram dificuldades para testar empiricamente algumas de suas proposições. Certos testes iniciais se baseavam em estratégias estatísticas inadequadas, incapazes de captar apropriadamente os processos de mudança que a própria teoria buscava explicar (Van Nort; Karon, 1955). Ainda assim, o modelo permaneceu no centro da demografia, estimulando a produção de pesquisas empíricas, o desenvolvimento de novos conceitos e o aperfeiçoamento de técnicas voltadas à mensuração das mudanças populacionais. Sua formulação original, contudo, deixa em aberto uma questão fundamental: o regime contemporâneo de baixa mortalidade e baixa fecundidade representa a etapa final da transição ou é o início de uma nova fase marcada pelo envelhecimento populacional e pela necessidade de políticas pró-natalistas em sociedades em que a reposição já não está assegurada? (Kirk, 1996).

A transição de mortalidade

A queda da mortalidade constitui a primeira engrenagem da transição demográfica. Nas sociedades pré-modernas, níveis elevados de mortalidade estavam associados a epidemias, crises de subsistência e condições sanitárias precárias, características de regimes demográficos instáveis (Livi-Bacci, 1997). A mortalidade infantil era elevada e, portanto, a expectativa de vida era baixa. Flutuações de curto e médio prazo no tamanho populacional eram frequentes devido às crises de mortalidade. Nessas condições, a mortalidade apresentava grande irregularidade temporal e baixa previsibilidade ao longo do ciclo de vida (Lee, 1980).

A partir do final do século XVIII e ao longo do século XIX, diversos países europeus passaram a registrar reduções graduais da mortalidade. Esse período marcou uma transformação qualitativa na dinâmica da sobrevivência: a morte, antes distribuída de forma irregular e imprevisível ao longo do ciclo de vida, passou a se concentrar progressivamente nas idades mais avançadas, conferindo maior previsibilidade às trajetórias individuais (Livi-Bacci, 1997). A maior estabilidade da sobrevivência abriu espaço para mudanças duradouras na dinâmica populacional.

Diversos fatores contribuíram para a queda da mortalidade. Melhorias na nutrição, nas condições de habitação, na infraestrutura de saneamento e avanços no conhecimento médico explicam a maior parte do aumento da sobrevivência. Debates históricos buscam identificar o peso relativo desses fatores. Uma interpretação argumenta que grande parte da queda inicial da mortalidade na Europa resultou principalmente de melhorias nas condições de vida e na nutrição, mais do que de intervenções médicas diretas (McKeown, 1976). Essa interpretação foi posteriormente questionada (Deaton, 2003; Cutler; Deaton; Lleras-Muney, 2006). Outra perspectiva propõe que intervenções deliberadas de saúde pública, em especial reformas sanitárias urbanas, desempenhariam um papel importante na redução da mortalidade, independentemente dos ganhos nutricionais (Szreter, 1988).

Análises posteriores confirmam que o crescimento econômico, embora relevante, não explicaria, por si só, os ganhos de sobrevivência observados nas populações modernas. Grande parte do aumento da expectativa de vida ao longo do século XX esteve associada à difusão de tecnologias médicas, ao avanço do conhecimento científico e à disseminação de práticas de saúde pública (Preston, 1975). Esses fatores permitiram que países com níveis relativamente baixos de renda também registrassem reduções expressivas na mortalidade. De forma consistente com esse argumento,

muitos países em desenvolvimento experimentaram quedas rápidas na mortalidade ao longo do século XX, impulsionadas pela difusão internacional de tecnologias médicas e de programas de saúde pública (Palloni; Rafalimanana, 1999). Como consequência, em países da Ásia e da América Latina, a transição demográfica acabou sendo mais rápida do que nas populações europeias.

A queda da mortalidade também esteve associada a mudanças no perfil das causas de morte. Esse processo é descrito como uma transição epidemiológica, caracterizada pela redução da importância das doenças infecciosas e parasitárias e pelo aumento relativo das doenças crônicas e degenerativas (Omran, 1971). À medida que epidemias e doenças transmissíveis passaram a ser controladas, tornaram-se mais frequentes as causas de morte associadas ao envelhecimento, como doenças cardiovasculares e neoplasias. A transição epidemiológica integrou a transformação dos regimes de mortalidade nas sociedades modernas e contribuiu para o aumento da proporção de indivíduos em idades avançadas (Chesnaïs, 1990; Vallin, 2002).

Estudos posteriores ampliam o escopo da teoria da transição epidemiológica. As mudanças observadas na mortalidade desde o século XVIII podem ser interpretadas como parte de uma transição mais ampla da saúde (Vallin; Meslé, 2004). A transição epidemiológica de Omran constitui apenas a primeira etapa de um processo mais longo. A partir da segunda metade do século XX, avanços médicos e institucionais, sobretudo no controle das doenças cardiovasculares, geraram novos ganhos de longevidade nas populações mais desenvolvidas. Cada inovação no campo da saúde tende, inicialmente, a gerar divergências entre países pioneiros e retardatários, seguidas de processos de difusão que promovem novas convergências nos níveis de mortalidade.

Em síntese, a queda da mortalidade alterou a dinâmica do crescimento populacional e criou condições para inúmeras outras mudanças na sociedade. A redução da mortalidade é o fator mais exógeno do modelo de transição demográfica, na medida em que ocorre de forma relativamente independente de fatores econômicos. Além disso, quando a mortalidade cai e a fecundidade permanece elevada, a consequência imediata é o aumento do crescimento populacional.

A transição de fecundidade

A queda da mortalidade transformou o contexto em que as decisões reprodutivas são tomadas. Ao aumentar as probabilidades de sobrevivên-

cia ao longo do ciclo de vida, a queda da mortalidade alterou as condições que historicamente moldavam os regimes de fecundidade. Explicar por que e como as famílias passaram a reduzir o número de filhos se tornou, assim, uma questão central da teoria da transição demográfica.

Uma primeira linha de interpretação destaca o papel direto da queda da mortalidade. Em regimes caracterizados por elevada mortalidade infantil e juvenil, níveis elevados de fecundidade frequentemente refletem estratégias familiares voltadas à garantia da sobrevivência de um número mínimo de descendentes. Quando as probabilidades de sobrevivência aumentam, esse objetivo pode ser alcançado com menos nascimentos. Três mecanismos que ligam a mortalidade à fecundidade são destacados: fisiológico, associado à interrupção da amamentação após a morte de uma criança, que acelera o retorno da ovulação; substituição, quando casais buscam substituir filhos que morreram; e precaução, quando famílias têm mais filhos para antecipar o risco de mortalidade infantil (Preston, 1978). Esses mecanismos indicam que a mortalidade pode influenciar o comportamento reprodutivo tanto por vias biológicas quanto por comportamentais. Contudo, a evidência sugere que o impacto direto desses mecanismos é limitado. Primeiramente, a substituição de filhos mortos é incompleta: em média, uma morte infantil gera menos de um nascimento adicional ao longo da vida reprodutiva (Preston, 1978). Segundo, as histórias reprodutivas na América Latina indicam baixas elasticidades entre a mortalidade infantil e a fecundidade (Palloni; Rafalimanana, 1999). Esses resultados mostram que as reduções na mortalidade explicam apenas parte da queda da fecundidade observada durante a transição demográfica.

Uma perspectiva histórica mais ampla ajuda a interpretar esses resultados. Durante grande parte da história demográfica, mortalidade e fecundidade tenderam a ajustar-se mutuamente, produzindo taxas moderadas de crescimento populacional (Reher, 1999). Combinações de alta fecundidade e baixa mortalidade, ou o inverso, eram raras e geralmente temporárias. A queda sustentada da mortalidade rompeu esse equilíbrio. Ao aumentar o número de crianças que sobreviviam à infância, a redução da mortalidade modificou gradualmente as condições nas quais as famílias tomavam decisões reprodutivas. A persistência histórica da associação entre mortalidade e fecundidade sugere que os mecanismos que ligam esses processos são mais indiretos do que os efeitos fisiológicos ou comportamentais imediatos.

Em muitas sociedades, as pressões sociais e econômicas associadas ao aumento do número de sobreviventes e da população em idade reprodutiva se manifestaram na intensificação da mobilidade espacial e no cresci-

mento das cidades, o que alimentou processos de urbanização. Mudanças nas condições de vida urbana, nos custos de criação dos filhos e na organização familiar contribuíram para reduzir o tamanho desejado das famílias. A queda da fecundidade aparece como uma resposta gradual a esse novo contexto. A transição da mortalidade não apenas aumentou o tamanho das populações em um primeiro momento, mas também desencadeou uma sequência de transformações, culminando em sociedades com famílias menores, mais urbanas e industrializadas e maior igualdade de gênero.

Portanto, a literatura buscou identificar as condições que tornam possível a adoção deliberada do controle reprodutivo. Uma das abordagens aponta para as condições necessárias para limitar o número de nascimentos: a fecundidade deve estar no campo da escolha consciente dos casais, a limitação deve tornar-se socialmente aceitável e devem existir meios eficazes de controle da reprodução (Coale, 1973; Coale, 1984). Essas condições ajudam a explicar por que a transição da fecundidade ocorre em ritmos distintos entre sociedades. Uma vez estabelecidas essas condições, diferentes mecanismos sociais e econômicos podem influenciar as decisões reprodutivas.

A economia da família oferece outra abordagem. A fecundidade resulta de decisões tomadas pelas famílias sob restrições de recursos: o desenvolvimento econômico altera o custo relativo dos filhos e incentiva a substituição do número por qualidade, com maior investimento em educação e bem-estar (Becker, 1960). Além disso, as decisões reprodutivas dependem da relação entre as aspirações de consumo formadas na família de origem e as oportunidades econômicas disponíveis na vida adulta. Quando as oportunidades econômicas são favoráveis em relação às aspirações herdadas, a formação de famílias e a fecundidade tendem a aumentar; quando são desfavoráveis, a fecundidade tende a diminuir (Easterlin, 1975). Os regimes de fecundidade também estão associados à direção dos fluxos intergeracionais de recursos na família (Caldwell, 1976). Em sociedades rurais tradicionais, os filhos contribuem para a economia familiar desde cedo, com recursos fluindo das gerações mais jovens para as mais velhas. Com a escolarização e mudanças econômicas, esse padrão se inverte: os pais investem mais nos filhos, aumentando os custos de reprodução e reduzindo a fecundidade.

A hipótese de Caldwell (1976) enfrenta um desafio empírico, pois estudos de transferências intergeracionais (*National Transfer Accounts*) (Lee; Mason, 2011) mostram que, ao considerar todas as transferências (monetárias, de serviços e de tempo), as crianças são dependentes líquidas de recursos em quase todas as sociedades, incluindo as de baixa renda e de

alto crescimento demográfico. Se os filhos não são contribuintes líquidos, a inversão dos fluxos intergeracionais não explica, em sua maioria, o declínio da fecundidade. A hipótese de Caldwell (1976) é relevante, mas precisa ser reinterpretada considerando as instituições que regulam a produção doméstica, a percepção dos custos e benefícios dos filhos e as estratégias de seguridade na velhice, que variam entre sociedades e épocas, mesmo quando os fluxos líquidos não variam como esperado.

Nas últimas décadas do século XX, uma parcela crescente da literatura passou a destacar a importância da difusão social na transformação dos comportamentos reprodutivos. A redução da fecundidade não seria apenas resultado de mudanças econômicas ou estruturais, mas também da disseminação de informações, normas e práticas relacionadas à contracepção e ao tamanho desejado das famílias (Bongaarts; Watkins, 1996). Esses elementos tendem a se disseminar entre diferentes países e dentro de sociedades por meio de redes sociais, instituições e meios de comunicação, o que explica por que as transições de fecundidade frequentemente ocorrem de forma regional e por que comportamentos reprodutivos semelhantes surgem em contextos socioeconômicos variados. Além disso, informações sobre métodos contraceptivos, custos e benefícios de ter filhos, e novos modelos familiares circulam nas redes sociais, influenciando as percepções e expectativas dos casais e acelerando a adoção de comportamentos voltados à redução da fecundidade (Casterline, 2001).

Essas interpretações abriram espaço para análises das mudanças culturais nas sociedades contemporâneas. O conceito de Segunda Transição Demográfica descreve transformações associadas à crescente individualização dos comportamentos familiares nas últimas décadas (Lesthaeghe, 2010). Esse processo inclui o adiamento do casamento e da maternidade, a expansão da coabitação, o aumento das dissoluções conjugais e a separação crescente entre sexualidade, casamento e reprodução, todas as mudanças impulsionadas menos pelos constrangimentos econômicos imediatos do que por transformações nos valores e nas aspirações individuais. Estudos mostram que níveis muito baixos de fecundidade, frequentemente abaixo de 1,5 filho por mulher, têm se tornado comuns em vários países desenvolvidos, embora haja diferenças regionais importantes entre a Europa do Norte, do Sul e do Leste (Sobotka, 2008).

Em conjunto, essas interpretações indicam que a transição da fecundidade decorre da interação entre vários processos. A queda da mortalidade alterou o contexto demográfico das decisões reprodutivas. Transformações econômicas e familiares modificaram os incentivos relacionados ao tamanho das famílias. Processos de difusão social permitiram a dissemina-

ção de novos comportamentos reprodutivos. A transição da fecundidade deve ser entendida, portanto, como um processo no qual fatores demográficos, econômicos, institucionais e culturais atuam conjuntamente.

Mobilidade populacional e redistribuição espacial

A mobilidade populacional ocupa um lugar analítico específico no modelo de transição demográfica: não é apenas um fenômeno paralelo às transformações da mortalidade e da fecundidade, mas também um mecanismo que as conecta. Quando a queda da mortalidade gera excedentes populacionais nas áreas rurais antes que a fecundidade comece a declinar, a migração em direção às cidades constitui a resposta demográfica imediata a esse desequilíbrio. Mas, ao redistribuir populações, a migração também transforma as condições nas quais as decisões reprodutivas são tomadas: a urbanização altera os custos de criação de filhos, modifica as redes sociais por meio das quais novas normas reprodutivas se difundem e muda a organização do trabalho familiar. Nesse sentido, a migração rural-urbana não apenas absorve o crescimento demográfico decorrente da queda da mortalidade, mas também contribui ativamente para precipitar o declínio da fecundidade (Dyson, 2010). Compreender a mobilidade como elo mediador entre as duas transições anteriores é, portanto, essencial para que o modelo não seja lido como uma sequência de três processos independentes, mas como um sistema em que cada componente retroalimenta os demais.

Historicamente, a intensificação da mobilidade esteve estreitamente associada às primeiras fases da transição demográfica. Quando a mortalidade começa a declinar e a fecundidade permanece elevada, o crescimento populacional acelera. Esse crescimento gera pressões sobre a disponibilidade de terra, emprego e recursos nas áreas de origem, estimulando movimentos migratórios rumo a regiões com melhores oportunidades econômicas. Em muitos contextos, a migração atuou como um mecanismo de redistribuição espacial de populações, transferindo excedentes demográficos de áreas rurais para centros urbanos ou regiões de fronteira econômica (Davis, 1963; Hatton; Williamson, 1998).

Esse processo foi particularmente visível na Europa do século XIX. Durante grande parte desse período, muitas cidades apresentavam níveis de mortalidade superiores aos observados nas áreas rurais, fenômeno denominado penalidade urbana de mortalidade. Nessas condições, diversas cidades funcionavam como ambientes de mortalidade excedente, em que o número de mortes superava o de nascimentos. O crescimento urbano

dependia fundamentalmente da migração proveniente do campo: o excedente populacional gerado nas áreas rurais, após a queda da mortalidade, alimentava fluxos migratórios que sustentavam a expansão das cidades durante a industrialização (Dyson, 2010).

Essas regularidades levaram Zelinsky (1971) a propor a hipótese da transição da mobilidade. Em analogia à transição demográfica, Zelinsky argumenta que a intensidade e a natureza dos deslocamentos populacionais tendem a variar de forma sistemática ao longo do processo de modernização. Em sociedades pré-modernas, caracterizadas por baixos níveis de urbanização e mobilidade limitada, os deslocamentos populacionais são relativamente raros. Com o avanço da transição demográfica e da transformação econômica, a mobilidade cresce rapidamente, impulsionada sobretudo pela migração rural-urbana, pela colonização de novas fronteiras agrícolas e pela migração internacional. Em estágios mais avançados do desenvolvimento, os fluxos se tornam mais diversificados, com maior peso da migração entre cidades, da mobilidade pendular e de movimentos internacionais mais seletivos.

Diversos modelos teóricos procuraram explicar os mecanismos que orientam essas decisões migratórias. Primeiro, a migração pode resultar da interação entre fatores de atração e repulsão nas áreas de origem e de destino, obstáculos ao deslocamento e características individuais dos migrantes (Lee, 1966). Segundo, a migração rural-urbana pode persistir mesmo diante do desemprego nas cidades, uma vez que as decisões migratórias são orientadas pelo rendimento esperado no destino, isto é, pelo salário urbano ponderado pela probabilidade de emprego (Todaro, 1969; Harris; Todaro, 1970). Terceiro, os fluxos migratórios tendem a se tornar cumulativos ao longo do tempo, à medida que as redes sociais de migrantes reduzem os custos e riscos associados ao deslocamento, reforçando a continuidade desses movimentos (Massey *et al.*, 1993). Perspectivas mais recentes sugerem que a relação entre desenvolvimento e migração não é linear. Melhorias nas condições econômicas e educacionais ampliam com frequência as capacidades de migração nos estágios iniciais do desenvolvimento, podendo, num primeiro instante, levar ao aumento, e não à redução, da mobilidade internacional (De Haas, 2010, 2021).

Esses processos migratórios influenciam diretamente a dinâmica demográfica das áreas de destino. A migração tende a ser altamente seletiva por idade, concentrando adultos jovens em idades reprodutivas nas cidades. Como consequência, centros urbanos frequentemente apresentam taxas de crescimento natural relativamente elevadas, mesmo quando os fluxos migratórios começam a desacelerar. Em alguns contextos contem-

porâneos, a urbanização pode, inclusive, preceder ou acelerar mudanças nos comportamentos reprodutivos, contribuindo para a difusão de padrões de baixa fecundidade (Bocquier; Costa, 2015).

Essas evidências indicam que a mobilidade populacional não constitui apenas um fenômeno paralelo à transição demográfica, mas também parte integrante de sua dinâmica histórica. A migração redistribuiu espacialmente o crescimento populacional decorrente da queda da mortalidade, contribuiu para a expansão urbana e altera a estrutura etária das populações locais. Ao modificar as condições econômicas, sociais e institucionais nas quais os indivíduos vivem e formam suas famílias, a mobilidade populacional também influencia o ritmo e a forma das mudanças nos níveis de fecundidade e mortalidade. A transição demográfica deve ser compreendida, portanto, não apenas como uma transformação nas taxas vitais, mas também como um processo mais amplo de reorganização espacial das populações humanas.

A transição demográfica brasileira: especificidades e mecanismos

O Brasil oferece um caso valioso para o estudo da transição demográfica. Em pouco mais de 80 anos (1940-2020), o país passou por transformações que se estenderam ao longo de dois séculos nos países pioneiros da transição demográfica. Isso permite observar com clareza os diferentes mecanismos discutidos nas seções anteriores, desde o papel da mortalidade como engrenagem inicial até o da difusão social na aceleração da transição de fecundidade e o da migração interna na redistribuição espacial do crescimento. O interesse analítico do caso brasileiro reside menos na confirmação do padrão clássico e mais nas particularidades que o diferenciam: a velocidade incomum do processo, a heterogeneidade regional acentuada e a combinação de fatores estruturais, institucionais e culturais que atuaram simultaneamente sobre populações com perfis socioeconômicos distintos.

Antecedentes históricos³

A população brasileira é resultado de um longo e complexo processo histórico, marcado por grandes transformações desde o período colonial. Antes da chegada dos portugueses em 1500, o território que hoje constitui o Brasil era habitado por uma população indígena estimada em pelo menos dois milhões de pessoas (IBGE, 2007), embora alguns estudos apontem cifras consideravelmente maiores (Dias; Bombardi; Costa, 2020; Gomes, 2012). A colonização europeia provocou uma drástica redução dessa po-

3

Esta seção retoma e resume material previamente desenvolvido em Turra, C. M. et al. A Dinâmica Demográfica da Amazônia Legal: população e transição demográfica na Região Norte do Brasil. Rio de Janeiro: Amazônia 2030, 2022.

pulação original devido a epidemias, guerras e escravidão. Ao longo dos séculos seguintes, o tráfico transatlântico introduziu cerca de quatro milhões de africanos escravizados no país (Merrick; Graham, 1981). A esses dois grandes contingentes se somaram, a partir do final do século XIX, correntes migratórias de europeus, asiáticos e outros povos, atraídos por oportunidades de trabalho e pela expansão econômica.

Às vésperas do início da sua transição demográfica, a população brasileira expressava o resultado acumulado do crescimento natural de diferentes grupos e de sucessivas ondas migratórias, tanto internas quanto internacionais. O estudo do período pré-transição demográfica enfrenta, contudo, uma limitação: a escassez de dados relativos aos séculos anteriores à realização do primeiro censo demográfico nacional, em 1872. Antes desse marco, o país carecia de sistemas regulares de contagem populacional e de registros vitais de abrangência nacional, embora levantamentos pontuais tenham sido realizados durante o período imperial (Botelho, 2005). A combinação de métodos indiretos, como registros paroquiais e listas nominativas provinciais, tem permitido reconstituir, ao menos parcialmente, a dinâmica demográfica brasileira ao longo do século XIX (Pai-va; Rodarte; Godoy, 2010).

Uma característica notável é que o crescimento populacional brasileiro já era relativamente elevado antes do início da transição demográfica. Estimativas sugerem que, ao longo do século XIX, a taxa média anual de crescimento populacional se situou entre 1,2% e 1,8% (Mortara, 1941; Rodarte 2012). Em comparação com o padrão observado em diversas populações europeias durante fases equivalentes do regime pré-transicional, trata-se de um ritmo relativamente acelerado. Esse padrão refletia principalmente níveis muito elevados de fecundidade, associados à precocidade da reprodução e à elevada incidência de nascimentos fora do casamento. Mesmo em um contexto de mortalidade também muito elevada, com expectativa de vida ao nascer estimada em pouco mais de 30 anos no final do século XIX, o número de nascimentos era suficiente para manter um crescimento natural positivo.

Além do crescimento natural, a migração também desempenhou um papel importante na formação e na redistribuição da população brasileira a partir do século XIX. Como discutido anteriormente, a migração altera não apenas o tamanho da população, mas também sua composição etária, uma vez que os fluxos migratórios tendem a se concentrar nas idades adultas jovens. Ao deslocar predominantemente indivíduos em idade ativa, a migração modifica as estruturas etárias e as razões de dependência tanto nas regiões de origem quanto nas de destino. No caso brasileiro, dois processos migratórios distintos contribuíram para moldar a dinâmica popula-

cional em diferentes escalas a partir do final do século XIX. De um lado, a migração internacional teve uma importância demográfica significativa entre o final do século XIX e a metade do século XX. De outro lado, a migração interna desempenhou um papel contínuo na redistribuição espacial da população ao longo de todo o processo de transição demográfica.

A imigração internacional teve um grande impacto demográfico entre 1872 e as primeiras décadas do século XX. Nesse período, milhões de europeus chegaram ao Brasil, especialmente italianos, portugueses e espanhóis, atraídos pelas oportunidades econômicas associadas à expansão da agricultura comercial e à urbanização (Levy, 1974). Entre 1890 e 1940, estima-se que a imigração tenha sido responsável por cerca de 10% do crescimento populacional brasileiro de forma direta, e por aproximadamente 5% adicionais de forma indireta, por meio da descendência nascida no país (Levy, 1974). Esses fluxos se concentraram sobretudo em São Paulo e nos estados da região Sul, contribuindo para o rejuvenescimento da estrutura etária dessas regiões.

No final do século XIX, com a população brasileira crescendo cerca de 2% ao ano, a difusão do conhecimento científico europeu para as Américas passou a ampliar a capacidade de enfrentar a mortalidade. Nas cidades do Sul e do Sudeste, intervenções pontuais de saúde pública e o combate a certas doenças infecciosas tornaram as crises de mortalidade menos frequentes na virada do século (Scliar, 2002). Algumas estimativas apontam ganhos de até 10% na expectativa de vida ao nascer entre 1870 e 1920 (Merrick; Graham, 1981), enquanto outras sugerem uma variação de cerca de três anos entre 1900 e 1930 (Simões, 2016). Essas melhorias, contudo, foram insuficientes para caracterizar uma transição sustentada e generalizada da mortalidade.

A verdadeira inflexão na trajetória da mortalidade brasileira só se materializou a partir de meados dos anos 1930. Nessa década, a expectativa de vida ao nascer ultrapassou a marca dos 40 anos pela primeira vez. Na seguinte, novos ganhos elevaram esse indicador para cerca de 45,5 anos (Wood; Carvalho, 1988; Simões, 2016). Desde então, os progressos se tornaram contínuos: a esperança de vida se aproximou de 62 anos em 1980, de cerca de 70 anos em 2000 e perto de 76 anos na década de 2010. As projeções demográficas indicam continuidade dessa tendência ao longo do século XXI, com expectativa de vida ao nascer se aproximando de 84 anos por volta de 2070.

A magnitude dessa transformação se torna ainda mais evidente quando se observa a evolução de longo prazo da mortalidade brasileira em perspectiva comparada. A taxa de mortalidade infantil no Brasil se situava em torno de 150 mortes por mil nascidos vivos em 1940, declinando de forma

continua nas décadas seguintes até atingir aproximadamente 30 por mil no início do século XXI. As projeções indicam que essa trajetória deverá prosseguir ao longo do século XXI, aproximando-se de valores inferiores a 10 mortes por mil habitantes até o final do período projetado. Em comparação internacional, países de renda alta já apresentavam níveis relativamente baixos de mortalidade em meados do século XX, enquanto regiões de renda mais baixa ainda registravam níveis substancialmente mais elevados. O caso brasileiro se situa em posição intermediária nesse processo, caracterizado por uma queda relativamente tardia, mas bastante rápida, da mortalidade.

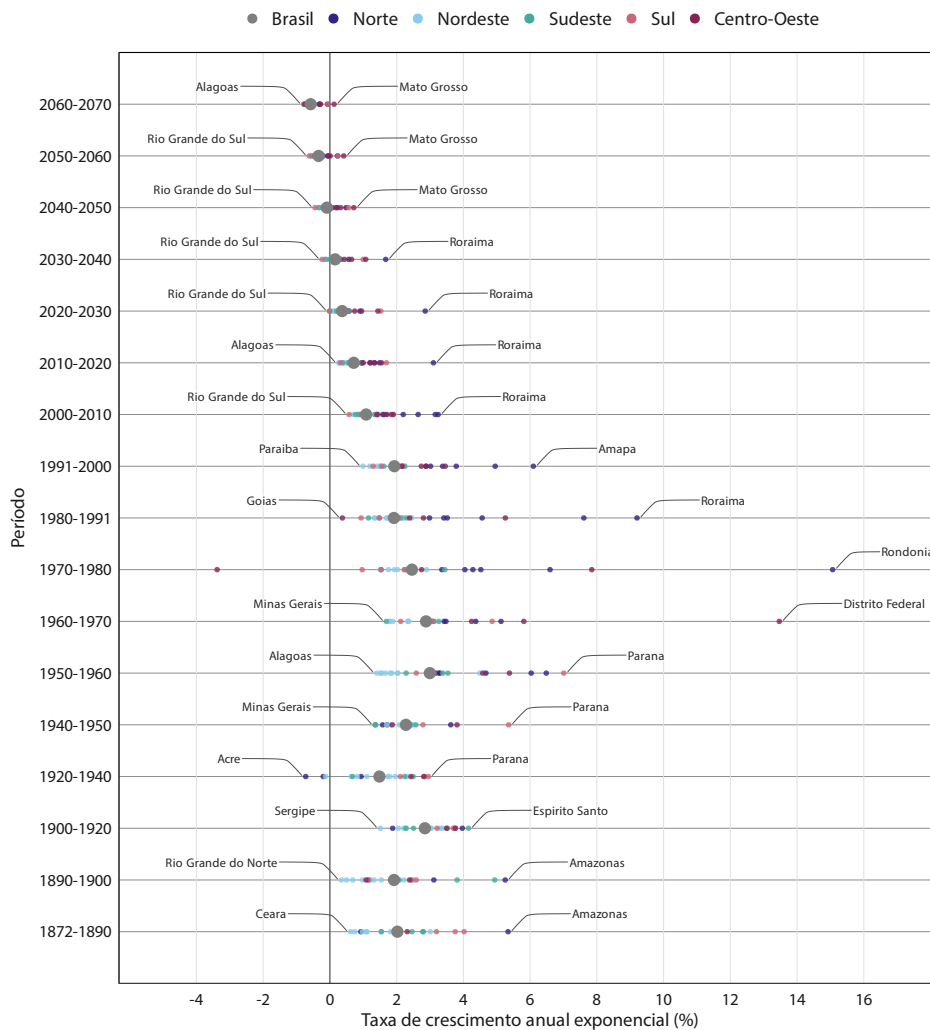
Enquanto a mortalidade diminuía, a fecundidade média no Brasil permaneceu elevada até a década de 1960. A taxa de fecundidade total se manteve pouco acima de seis filhos por mulher durante grande parte da primeira metade do século XX. Há, porém, evidências de que o processo de queda teve início mais cedo em certas regiões. Há sinais de declínio da fecundidade já na década de 1930 no Rio de Janeiro, em São Paulo e no extremo sul do país, onde a queda ocorreu de forma gradual, próxima ao padrão europeu (Gonçalves *et al.*, 2019). O que se observou a partir dos anos 1960 representa, portanto, uma segunda etapa desse processo mais amplo: um declínio muito mais rápido e geograficamente abrangente, que, em cerca de 40 anos, levou a taxa de fecundidade total a cair para níveis inferiores aos de reposição, atingindo em torno de dois filhos por mulher no início dos anos 2000. Atualmente, a fecundidade brasileira se situa por volta de 1,6 filho por mulher, e as projeções indicam que deverá permanecer abaixo do nível de reposição ao longo das próximas décadas.

Dinâmica demográfica: crescimento, estrutura etária e dependência, 1872–2070

♦ Crescimento populacional e diferenciação regional

Esse contexto histórico fornece o pano de fundo para interpretar a trajetória do crescimento populacional brasileiro apresentada na Figura 1, que mostra a evolução da taxa média anual de crescimento da população entre 1872 e as projeções até 2070, tanto para o país quanto para suas grandes regiões e unidades da federação. O indicador corresponde à taxa média de crescimento exponencial da população entre dois censos consecutivos, permitindo comparar o ritmo médio de expansão demográfica ao longo dos diferentes períodos intercensitários.

Figura 1 – Crescimento populacional: Taxa média anual por período, Brasil e unidades da federação, 1872–2070



Fonte: IBGE 1956, 1962, 1973, 1982, 1994, 2024.

No âmbito nacional, a série evidencia uma trajetória bem definida. Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o crescimento populacional brasileiro se situava em patamares relativamente elevados, próximos de 2% ao ano. Esse ritmo se manteve relativamente estável nas décadas seguintes, aproximando-se de 2,9% ao ano entre 1900 e 1920. Nesse período inicial, a figura revela diferenças regionais expressivas: alguns estados do Norte, como o Amazonas, apresentavam taxas

muito acima da média nacional devido à migração associada ao ciclo da borracha, enquanto os estados do Nordeste cresciam em ritmo substancialmente menor, em parte devido às crises econômicas e às secas recorrentes.

A partir de meados do século XX, a figura mostra uma aceleração ainda maior do crescimento populacional brasileiro. Entre 1950 e 1960, o país cresceu cerca de 3% ao ano, um dos níveis mais elevados de sua história demográfica. Esse período corresponde ao momento clássico da transição demográfica brasileira, em que a mortalidade já havia caído substancialmente enquanto a fecundidade permanecia muito elevada. Nesse contexto, algumas unidades da federação registraram taxas muito acima da média nacional: o Distrito Federal ultrapassou 10% ao ano a partir da década de 1960, refletindo a construção de Brasília; Rondônia chegou a 15% ao ano entre 1970 e 1980, e Roraima e Amapá também apresentaram valores muito acima da média, todos reflexos da migração interna associada à ocupação de novas fronteiras econômicas.

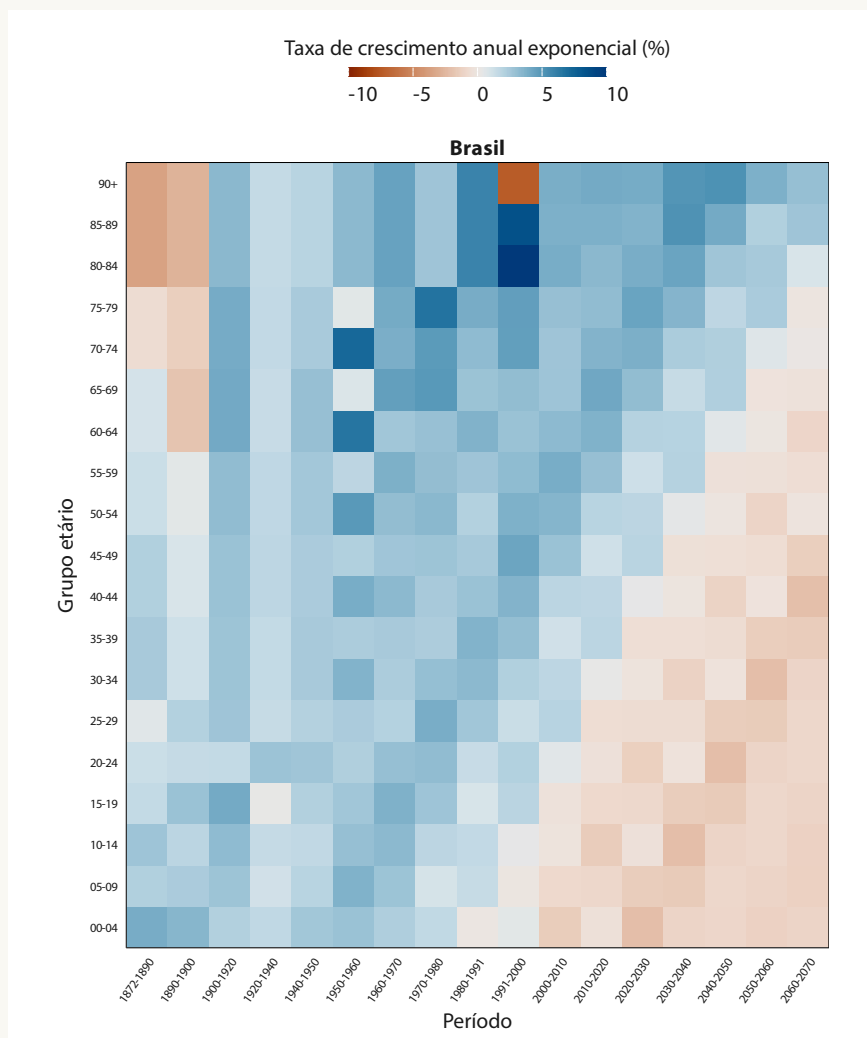
A partir da década de 1970, observa-se uma inflexão clara. O rápido declínio da fecundidade passa a se refletir progressivamente nas taxas de crescimento, que caíram de cerca de 2,4% ao ano entre 1970 e 1980 para pouco mais de 1% entre 2000 e 2010, e para aproximadamente 0,7% ao ano entre 2010 e 2020. As projeções indicam que o Brasil atingirá seu tamanho populacional máximo, em torno de 220 milhões de habitantes, na década de 2040, após o que se espera uma trajetória de declínio gradual. Do ponto de vista regional, a tendência é de convergência: estados que historicamente cresceram muito acima da média nacional, como Mato Grosso, Roraima e Rondônia, deverão registrar taxas semelhantes às do restante do país nas próximas décadas, com quase todas as unidades da federação apresentando crescimento próximo de zero ou levemente negativo entre 2060 e 2070.

♦ *Crescimento por grupo etário*

As mudanças no ritmo de crescimento populacional descritas anteriormente refletem transformações ainda mais profundas na estrutura etária da população brasileira. A Figura 2 apresenta as taxas médias anuais de crescimento populacional por grupos etários e períodos intercensitários, desde o final do século XIX até as projeções para as próximas décadas.

Nos primeiros períodos da série histórica, o crescimento era relativamente homogêneo entre os grupos etários, refletindo um regime demográfico de alta mortalidade e fecundidade elevada. À medida que a mortalidade começava a cair nas primeiras décadas do século XX, surgiam diferenças mais claras, sobretudo nas idades jovens, em que a queda da mortalidade infantil e juvenil acelerava o crescimento das coortes.

Figura 2 – Crescimento populacional: Taxa média anual por grupo etário e período, Brasil, 1872–2070



Fonte: IBGE 1956, 1962, 1973, 1982, 1994, 2024.

Esse padrão se tornou intenso entre 1940 e 1970, quando a combinação entre a queda da mortalidade e a fecundidade ainda muito elevada produzia grandes coortes que se deslocavam de modo progressivo para idades mais altas ao longo do tempo, o que se tornava claramente visível na figura.

A partir dos anos 1970, as taxas de crescimento nas idades jovens passam a diminuir de forma contínua, reflexo direto da redução do número de nascimentos. Nas décadas mais recentes, esse processo é inequívoco: os grupos etários jovens se aproximam de crescimento nulo ou negativo, ao passo que os grupos mais velhos continuam a registrar crescimento relativamente elevado, produto da combinação entre o envelhecimento das

coortes numerosas do passado e os ganhos contínuos de longevidade. Alguns valores extremos observados nas idades mais avançadas, especialmente no início da série e no período de 1991 a 2000, refletem erros de declaração de idade nos censos demográficos e não mudanças demográficas reais.

♦ *Diferenciação regional por grupo etário*

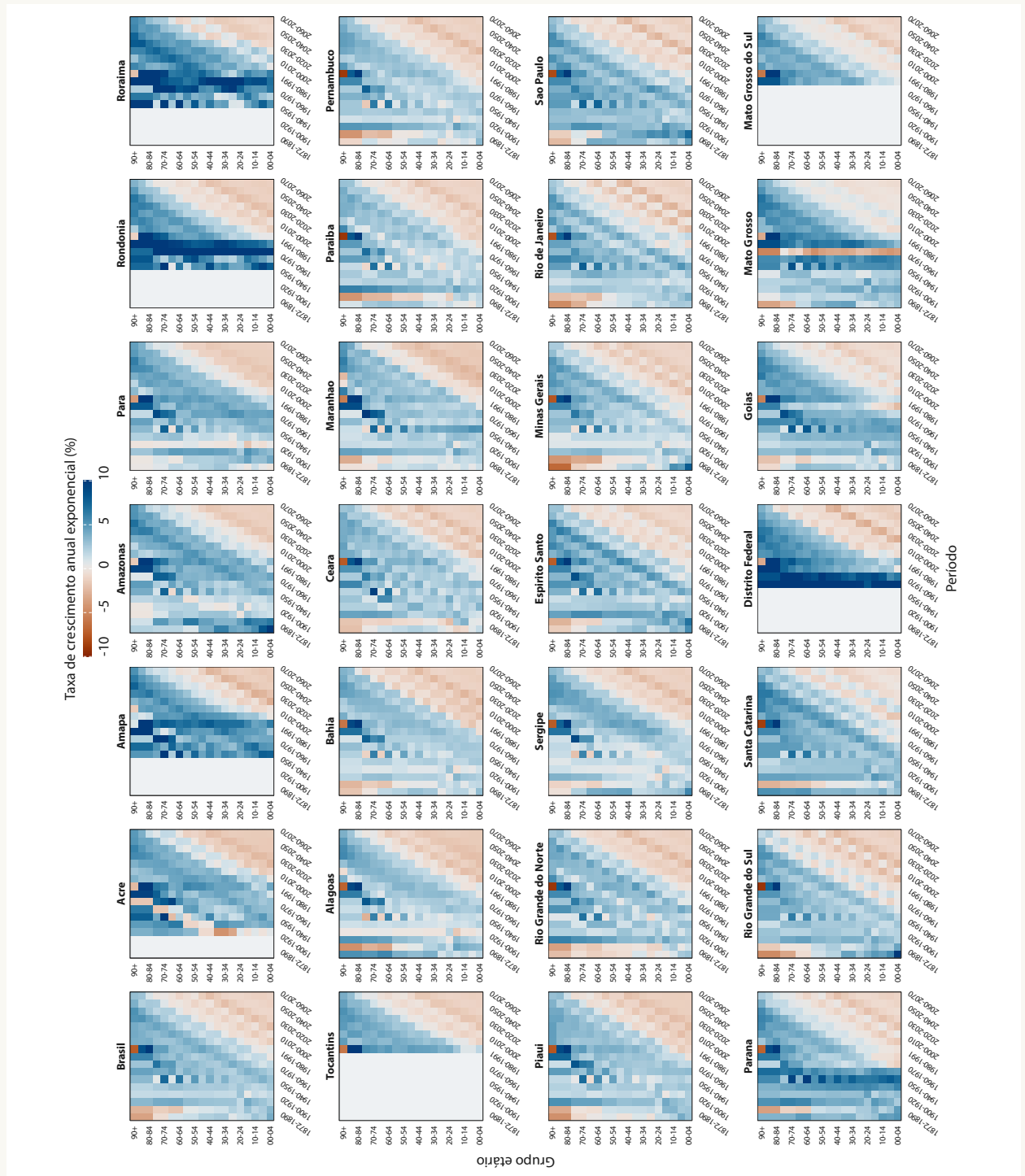
A Figura 3 apresenta o mesmo indicador de crescimento por idade e por período para cada unidade da federação, permitindo identificar as especificidades regionais da transição demográfica brasileira.

Os estados da região Norte, especialmente Rondônia, Roraima e Amapá, apresentam os padrões mais marcantes: taxas excepcionalmente elevadas de crescimento entre adultos jovens nas décadas de 1970 e 1980, concentradas na faixa dos 20 aos 40 anos e impulsionadas pela migração associada à expansão da fronteira amazônica. Esse padrão ilustra com precisão o mecanismo identificado por Zelinsky (1971): nas fases intermediárias do desenvolvimento, o crescimento demográfico decorrente da queda da mortalidade se traduz em fluxos migratórios intensos rumo a novas fronteiras econômicas. O Centro-Oeste apresenta uma dinâmica semelhante, com o Distrito Federal como caso extremo após a construção de Brasília.

Os estados do Nordeste apresentam um padrão distinto. Historicamente importantes como origem de migrantes, apresentaram crescimento relativamente mais baixo nas idades adultas jovens ao longo do processo de industrialização, resultado da combinação de fatores de repulsão persistentes, escassez de oportunidades econômicas, secas recorrentes, estrutura fundiária concentrada e a atração exercida pelas regiões industrializadas do Sul e do Sudeste. Nos estados do Sul e do Sudeste, por sua vez, a transição demográfica ocorreu mais cedo, com o declínio da fecundidade e o envelhecimento populacional se tornando mais visíveis, e com as fecundidades atuais já entre as mais baixas do país, frequentemente abaixo de 1,7 filho por mulher.

As projeções indicam convergência progressiva entre os estados: nas décadas de 2060 a 2070, quase todas as unidades da federação deverão apresentar taxas de crescimento próximas de zero ou levemente negativas, refletindo a convergência dos níveis de fecundidade e a redução no peso da migração líquida. Entretanto, essas trajetórias são sensíveis às premissas adotadas e diferentes cenários podem implicar dinâmicas consideravelmente distintas entre os estados.

Figura 3 – Crescimento populacional: Taxa média anual por grupo etário e período, Brasil e unidades da federação, 1872–2070



Fonte: IBGE 1956, 1962, 1973, 1982, 1994, 2024.

Razões de dependência e a janela demográfica

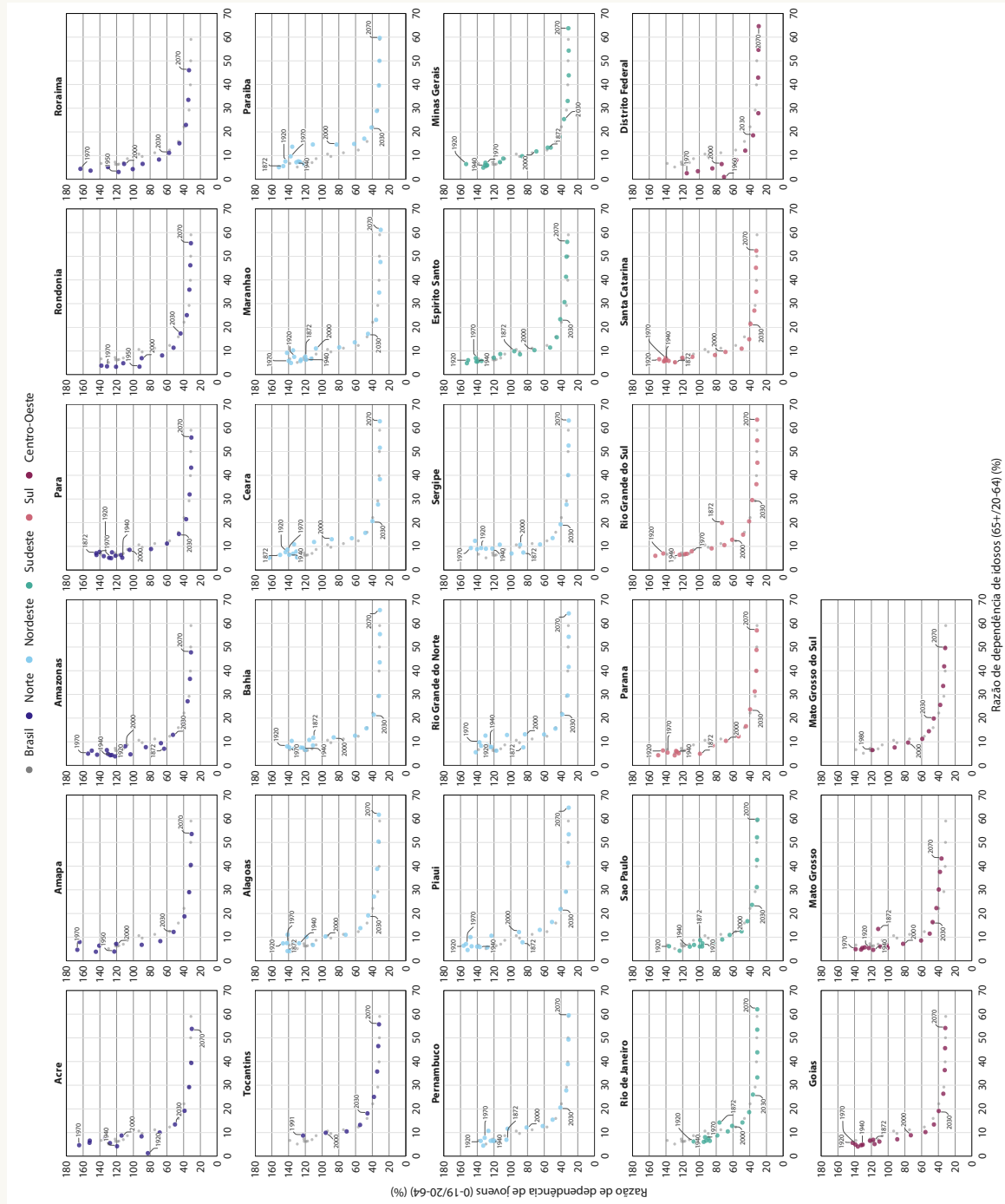
A transformação da estrutura etária discutida acima pode ser sintetizada pela evolução das razões de dependência demográfica. A Figura 4 apresenta a trajetória histórica da razão de dependência de jovens e de idosos no Brasil e em suas unidades da federação.

A razão de dependência de jovens corresponde à relação entre a população com menos de 20 anos e a população em idade potencialmente ativa (de 20 a 64 anos), enquanto a razão de dependência de idosos mede a relação entre a população com 65 anos ou mais e a mesma população em idade ativa. A dinâmica conjunta dessas duas razões permite interpretar a transição demográfica também como uma transição da estrutura etária: nos estágios iniciais, a razão de dependência de jovens atinge valores muito elevados, enquanto a de idosos permanece extremamente baixa; à medida que a fecundidade cai, a dependência de jovens recua e, mais gradualmente, a dependência de idosos começa a crescer (Turra; Fernandes, 2020).

No Brasil, as primeiras décadas da série histórica mostram razões de dependência jovem frequentemente superiores a 120 jovens por 100 adultos em vários estados, enquanto a dependência idosa se mantinha entre 5 e 10 por 100 adultos no plano nacional. A partir dos anos 1960, com o rápido declínio da fecundidade, a razão de dependência jovem passou a cair de forma contínua, recuando de cerca de 120 por 100 adultos em 1970 para aproximadamente 75 por 100 adultos por volta de 2000. Ao mesmo tempo, a dependência idosa começou a crescer, ainda que de forma mais gradual: em torno de 2000, situava-se próxima de 11 por 100 adultos, mas as projeções indicam que poderá aproximar-se de 50 idosos por 100 adultos em nível nacional até 2070.

Essa mudança conjunta caracteriza a denominada janela de oportunidade demográfica, associada ao conceito de dividendo demográfico (Lee; Mason, 2011): o período em que a proporção da população em idade ativa cresce com mais rapidez do que a das populações dependentes, criando condições potencialmente favoráveis ao crescimento econômico. O presente capítulo analisa apenas a dimensão estritamente demográfica desse processo. O foco recai sobre as mudanças na estrutura etária da população, sem incorporar as funções econômicas por idade, como as estimadas no arcabouço do *National Transfer Accounts* (NTA), que permitem quantificar de forma mais completa os efeitos econômicos das mudanças demográficas.

Figura 4 – Estrutura etária: Razões de dependência de jovens e de idosos por ano, Brasil e unidades da federação, 1872–2070



Fonte: IBGE 1956, 1962, 1973, 1982, 1994, 2024.

A figura também revela diferenças regionais importantes: estados do Sul e do Sudeste apresentam sinais mais precoces de envelhecimento, enquanto os estados do Norte e do Nordeste mantiveram níveis mais elevados de dependência de jovens por períodos mais longos. As projeções, contudo, indicam uma convergência clara nas próximas décadas, à medida que a fecundidade permanece abaixo da taxa de reposição em praticamente todo o país e as coortes numerosas do passado avançam em idade.

Em síntese, a trajetória apresentada na Figura 4 evidencia as diferentes fases da transição demográfica brasileira: elevada dependência de jovens, seguida da abertura da janela do primeiro dividendo demográfico e, por fim, do rápido avanço do envelhecimento populacional nas próximas décadas.

A dinâmica demográfica brasileira e seus mecanismos

Em conjunto, as quatro dimensões analisadas neste capítulo — crescimento populacional, estrutura por idade, diferenciação regional e razões de dependência — descrevem uma única e coerente trajetória de transformação demográfica. O ponto de partida da trajetória brasileira segue a lógica identificada por Dyson (2010): a queda da mortalidade antecedeu a da fecundidade. No Brasil, grande parte dos ganhos de sobrevivência ao longo do século XX esteve associada à difusão de tecnologias médicas, à expansão de programas de saúde pública e à disseminação de intervenções sanitárias relativamente baratas, muitas vezes independentemente do nível de renda local, como antecipado por Preston (1975), padrão documentado no caso brasileiro, e, em perspectiva comparada com outros países em desenvolvimento, por Soares (2007).

O que exige explicação adicional é a velocidade e a abrangência do declínio da fecundidade observado no Brasil a partir da década de 1960. Em poucas décadas, a taxa de fecundidade total caiu de níveis superiores a seis filhos por mulher para valores próximos à reposição, uma transformação rápida demais para ser explicada apenas pela queda prévia da mortalidade ou pelas transformações econômicas estruturais. Uma análise abrangente da queda da fecundidade brasileira entre 1965 e 1995 indica que esse declínio resultou de uma combinação incomum de transformações sociais, institucionais e culturais que atuaram simultaneamente em diferentes regiões do país (Martine, 1996).

Nesse contexto, mecanismos de difusão social ganham um peso analítico particular. Evidências indicam que a expansão territorial da Rede Globo e de suas telenovelas esteve associada a reduções significativas na

fecundidade nos municípios brasileiros, atuando como um vetor de difusão de representações de famílias menores e de estilos de vida urbanos que contribuíram para alterar normas e aspirações reprodutivas (La Ferrara; Chong; Duryea, 2012). Esse processo de difusão também se expressou em padrões espaciais claros: dados censitários entre 1960 e 2000 para mais de 500 microrregiões indicam que o declínio da fecundidade se difundiu gradualmente pelo território nacional, de aproximadamente 6,3 filhos por mulher em 1960 para pouco mais de 2 em 2000 (Potter *et al.*, 2010).

Esses processos de difusão encontraram terreno fértil em transformações estruturais que alteraram profundamente os incentivos reprodutivos das famílias. Paiva (1987) argumenta que a transição da fecundidade no Brasil está associada ao processo de proletarização das relações de trabalho, especialmente no meio rural, o que desestabilizou o equilíbrio tradicional entre o tamanho da família e a organização da produção agrícola, um argumento alinhado à hipótese de Caldwell (1976) e retomado por Paiva e Wajnman (2005). A expansão da educação feminina constitui outro componente central: o aumento da escolaridade feminina explica parte do declínio da fecundidade no Brasil ao longo do século XX, sobretudo entre mulheres com níveis educacionais mais baixos (Lam; Duryea, 1999). Embora a transição tenha ocorrido em todos os grupos educacionais, persistem gradientes importantes associados à escolaridade feminina (Rios-Neto; Miranda-Ribeiro; Miranda-Ribeiro, 2018).

A migração interna articula vários desses mecanismos. Ao deslocar grandes contingentes populacionais, especialmente jovens adultos, do Nordeste para os centros urbanos do Sudeste e do Sul, os fluxos migratórios contribuíram ao mesmo tempo para redistribuir o excedente demográfico regional e para acelerar a difusão de novos padrões reprodutivos. A intensa mobilidade espacial das décadas de 1960 e 1970 foi um dos principais motores da redistribuição espacial da população brasileira, facilitando a circulação de normas sociais, expectativas econômicas e padrões familiares (Martine; Camargo 1984; Brito, 2006). Fenômeno plenamente consistente com a hipótese da transição da mobilidade (Zelinsky 1971) e com a lógica cumulativa das redes migratórias (Massey *et al.*, 1993).

A esse conjunto de mecanismos se somaram intervenções mais diretas sobre a fecundidade. Um dos fenômenos mais marcantes da transição brasileira foi a rápida disseminação da esterilização feminina. A ligadura de trompas se tornou, especialmente a partir dos anos 1980, um método contraceptivo prevalente entre mulheres brasileiras, com incidência elevada entre mulheres de menor renda e escolaridade no Nordeste (Berquó, 1993). A ampla difusão da esterilização refletiria, em parte, uma forte de-

manda por métodos contraceptivos definitivos em um contexto de acesso limitado a métodos contraceptivos reversíveis modernos. Esses estudos indicam que o declínio da fecundidade brasileira não resultou apenas de mudanças graduais nas preferências reprodutivas, mas também de intervenções institucionais e médicas que, em muitos casos, anteciparam ou substituíram processos de escolha plenamente informada.

Em síntese, a trajetória demográfica brasileira resulta de uma combinação particular de forças que atuaram simultaneamente ao longo da segunda metade do século XX: a lógica da precedência da queda da mortalidade, mecanismos de difusão social ampliados pela televisão e pela migração interna, transformações econômicas e institucionais que alteraram os incentivos reprodutivos e intervenções diretas sobre o comportamento reprodutivo, como a difusão da esterilização feminina.

Questões em aberto sobre o futuro da dinâmica demográfica

A teoria da transição demográfica constitui um dos pilares analíticos da demografia moderna. Ao longo do último século, ela forneceu um quadro interpretativo poderoso para compreender as profundas transformações populacionais que acompanharam o processo de modernização econômica e social em grande parte do mundo. A sequência histórica de declínio da mortalidade, seguida da queda da fecundidade, foi observada em diversos contextos nacionais, consolidando a transição demográfica como uma das regularidades empíricas mais robustas das ciências sociais. No entanto, a teoria foi construída essencialmente para explicar o processo de transição e não necessariamente os regimes demográficos que emergem após sua conclusão (Wilson, 2013). Formulada a partir da observação retrospectiva da experiência europeia, ela mostrou grande capacidade descritiva para explicar a sequência histórica das mudanças demográficas, mas revelou limitações importantes quando confrontada com os padrões populacionais das últimas décadas, entre os quais se destacam a fecundidade persistentemente abaixo do nível de reposição, o rápido envelhecimento e a desaceleração generalizada do crescimento, fenômenos cujas implicações ainda estão sendo compreendidas (Coleman; Rowthorn, 2011).

As projeções demográficas mais recentes reforçam a relevância dessas questões. Segundo o *World Population Prospects 2024*, publicado pela Divisão de População das Nações Unidas, a população global deverá continuar crescendo nas próximas décadas, alcançando aproximadamente 10,3 bilhões de pessoas em meados da década de 2080, antes de iniciar um processo gradual de declínio ao longo do final do século XXI (United Nations, 2024). Ao mesmo tempo, esse crescimento será cada vez mais concentra-

do em um número relativamente pequeno de países, sobretudo na África subsaariana, enquanto grande parte da Europa, do Leste Asiático e de partes da América Latina deverá enfrentar crescimento populacional muito baixo ou mesmo declínio. Esse cenário coloca no centro do debate demográfico contemporâneo um conjunto de questões fundamentais que dizem respeito não apenas à evolução das taxas de fecundidade, mortalidade e migração, mas também às transformações institucionais, econômicas e ambientais que moldarão as populações humanas ao longo do século XXI.

Os limites da longevidade e a qualidade de vida na velhice

Uma primeira questão se refere aos limites da longevidade humana e, igualmente importante, à qualidade de vida nos anos adicionais conquistados. Ao longo do último século, os ganhos na expectativa de vida foram extraordinários, refletindo avanços na medicina, na nutrição, na educação e nas condições sanitárias. Esse processo, contudo, levanta uma pergunta: trata-se de uma tendência que pode prosseguir indefinidamente ou há um limite biológico à duração da vida humana? O debate clássico entre Vaupel (2002), que argumenta que a expectativa de vida continuará aumentando, e Olshansky *et al.* (2005), que sustentam a existência de limites biológicos próximos dos quais nos aproximamos, permanece em aberto e tem implicações diretas para projeções de longo prazo e para o planejamento dos sistemas de saúde e de previdência.

Mas o aumento da longevidade também coloca uma questão apresentada pelo conceito de compressão da morbidade: os anos adicionais de vida serão vividos com saúde e funcionalidade ou representarão uma expansão do período de dependência e de doença (Fries, 1980)? A resposta tem consequências diretas para a demanda por cuidados de longa duração e para os custos dos sistemas de saúde nas próximas décadas. Além disso, novas fontes de risco, incluindo mudanças climáticas, crises ambientais e novas pandemias, podem alterar as trajetórias futuras da mortalidade de maneiras ainda imprevisíveis. A pandemia de COVID-19, em particular, demonstrou que choques de mortalidade com efeitos seletivos por idade e condição socioeconômica podem produzir impactos demográficos significativos em horizontes de tempo curtos (Aburto *et al.*, 2022).

Desigualdades em mortalidade e morbidade

Uma segunda questão, frequentemente subestimada nos debates macrodemográficos, diz respeito às desigualdades internas nos perfis de mortalidade e morbidade. Os ganhos de longevidade observados ao longo do

século XX não foram distribuídos de forma homogênea entre grupos socioeconômicos, raciais, regionais e de gênero. Em muitos países, incluindo o Brasil, coexistem populações com expectativas de vida comparáveis às de países desenvolvidos e grupos cujas trajetórias de mortalidade se assemelham às de contextos muito mais precários. Essa heterogeneidade não é apenas um fenômeno de interesse descritivo: ela revela mecanismos estruturais de produção de saúde e doença que os indicadores médios tendem a obscurecer.

No caso brasileiro, a evidência empírica sobre diferenciais de mortalidade por escolaridade é inequívoca nas idades adultas, ainda que a magnitude e a forma do gradiente variem conforme o método empregado e a faixa etária analisada. Dados do Censo Demográfico de 2010 e do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) indicam que, na cidade de São Paulo, entre os 25 e 59 anos de idade, mais anos de escolaridade estão associados a taxas de mortalidade até 77% menores (Ribeiro; Turra; Pinto, 2021). Um resultado relevante desse estudo é que a maior parte do ganho de sobrevivência se concentra na transição do nível fundamental para o médio: concluir o ensino médio está associado a uma queda de aproximadamente 50% nas taxas de mortalidade adulta em relação ao grupo de baixa escolaridade. Em um país em que uma grande parcela da população adulta ainda não concluiu o ensino médio, esse resultado tem implicações diretas para as políticas educacionais e de saúde. Além disso, os autores mostram que mulheres com baixa escolaridade apresentam taxas de mortalidade semelhantes às de homens de escolaridade média ou alta nas mesmas faixas etárias — resultado que evidencia como a baixa escolaridade pode neutralizar a vantagem biológica feminina na sobrevivência adulta.

O padrão nas idades mais avançadas suscita questões distintas. Estudos baseados no ELSI-Brasil têm revelado que o gradiente socioeconômico de mortalidade, amplamente documentado em países desenvolvidos e nas idades adultas no próprio Brasil, tende a se atenuar ou apresentar padrões não lineares entre os idosos brasileiros (Macinko *et al.*, 2024). As explicações possíveis incluem a seleção de sobreviventes, mecanismos de amortecimento por meio de redes de apoio familiar e o papel nivelador do Sistema Único de Saúde (SUS) nas idades em que a demanda por serviços de saúde é mais intensa. Compreender qual desses mecanismos predomina constitui uma agenda de pesquisa aberta, com implicações diretas para o desenho de políticas de saúde voltadas à população idosa. Essa agenda se tornou ainda mais urgente após a pandemia de COVID-19, que evidenciou que os diferenciais de mortalidade por raça/cor e condição socioeconômica podem ampliar-se dramaticamente em contextos

de choque exógeno, revertendo temporariamente os ganhos de equidade acumulados ao longo das décadas anteriores.

A fecundidade abaixo da reposição: reversibilidade e armadilha demográfica

Uma terceira pergunta central se refere à evolução futura da fecundidade. Em muitas sociedades contemporâneas, níveis persistentemente baixos de fecundidade suscitam dúvidas quanto à possibilidade de um retorno a padrões próximos da reposição populacional. A fecundidade muito baixa pode se autorreforçar por uma combinação de mecanismos demográficos, institucionais e culturais: à medida que famílias menores se tornam a norma, as aspirações reprodutivas das gerações subsequentes se ajustam a esse novo padrão, e as instituições, a habitação, o mercado de trabalho e os sistemas educacionais se organizam em torno de famílias de tamanho reduzido, tornando mais difícil e custoso ter filhos acima dessa norma (Lutz; Skirbekk; Testa, 2006). Essa dinâmica configura uma possível armadilha de baixa fecundidade, cujas condições de emergência e de saída permanecem objeto de debate.

Ao mesmo tempo, as transformações culturais associadas à Segunda Transição Demográfica (Lesthaeghe, 2010) sugerem que parte da baixa fecundidade observada em países avançados reflete menos restrições econômicas do que mudanças nos valores e nas aspirações individuais, que atribuem crescente importância à autonomia pessoal, à realização profissional e à flexibilidade das trajetórias de vida. Nesse quadro, políticas pró-natalistas baseadas exclusivamente em incentivos econômicos tendem a produzir efeitos limitados, enquanto intervenções que combinam suporte ao cuidado infantil, flexibilização do trabalho e redistribuição das responsabilidades de cuidado entre homens e mulheres mostram resultados mais promissores, como evidenciado pelas experiências dos países escandinavos (Rindfuss; Brewster, 1996; McDonald, 2000). No Brasil, onde a fecundidade já se situa em torno de 1,6 filho por mulher, a questão sobre se esse nível continuará caindo, se estabilizará ou se haverá recuperação parcial é demograficamente crucial e ainda não tem resposta consensual.

Esse debate tem sido muito associado ao temor de um possível declínio populacional prolongado, o chamado *colapso populacional*, em algumas sociedades avançadas. Embora esse cenário extremo permaneça objeto de controvérsia, a possibilidade de uma redução sustentada do tamanho das populações passou a ocupar um lugar central no debate demográfico contemporâneo. O declínio populacional pode produzir efeitos ambíguos.

Por um lado, populações menores podem reduzir as pressões ambientais e melhorar algumas dimensões do bem-estar. Por outro lado, a redução do tamanho das populações pode afetar o funcionamento de economias modernas que dependem de mercados amplos, de sistemas complexos de proteção social e de bases tributárias suficientemente grandes para sustentar investimentos públicos e transferências intergeracionais (Coleman e Rowthorn, 2011). Esse dilema é especialmente relevante para países que, como o Brasil, combinam fecundidade abaixo da reposição com sistemas previdenciários ainda não adaptados ao ritmo do envelhecimento e com desigualdades socioeconômicas que dificultam a construção de consensos em torno de políticas demográficas.

As percepções sociais desse fenômeno também são ambivalentes. O declínio populacional é frequentemente interpretado ao mesmo tempo como ameaça econômica e como oportunidade social (Van Dalen; Henkens, 2011). Enquanto alguns observadores associam o declínio populacional à perda de dinamismo econômico e à redução da influência internacional, outros enfatizam seus possíveis benefícios para a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida. Essa ambivalência revela uma tensão estrutural presente em muitos debates contemporâneos de política demográfica: a ausência de um quadro normativo consensual que permita avaliar, para além dos indicadores econômicos convencionais, o que constitui uma trajetória demográfica desejável para as sociedades do século XXI.

Gênero, cuidado e comportamento reprodutivo

Uma quarta questão se refere à relação entre a igualdade de gênero, a organização social do cuidado e o comportamento reprodutivo. Em muitas sociedades, a crescente participação feminina no mercado de trabalho não foi acompanhada por uma redistribuição equivalente das responsabilidades de cuidado entre homens, famílias e instituições públicas. Nesse contexto, a persistência de desigualdades na divisão do trabalho doméstico pode aumentar o custo de oportunidade da maternidade e contribuir para níveis persistentemente baixos de fecundidade. Essa assimetria é, ao mesmo tempo, uma questão de equidade de gênero e um mecanismo demográfico que afeta a fecundidade e a oferta de trabalho feminino.

Evidências recentes indicam que essa dimensão é relevante no contexto brasileiro. Estudos sobre transferências intergeracionais de tempo e trabalho doméstico indicam que as mulheres produzem mais trabalho doméstico não remunerado do que consomem ao longo de quase todo o ciclo de vida, enquanto os homens tendem a ser consumidores líquidos desse

tipo de trabalho. Além disso, estimativas para o Brasil sugerem que o valor econômico da produção doméstica não remunerada pode representar uma parcela significativa da produção nacional, variando entre 10% e 16% do PIB, dependendo do método de valoração utilizado (Jesus; Wajnman; Turra, 2020; Jesus; Turra; Wajnman, 2023). Esses resultados evidenciam que a economia do cuidado constitui um componente central, embora frequentemente invisível, da produção e das transferências intergeracionais de recursos nas sociedades contemporâneas. No contexto do envelhecimento acelerado, a demanda por cuidado tende a crescer de modo substancial nas próximas décadas, o que torna a reorganização institucional do cuidado, e não apenas o crescimento da oferta de serviços formais, uma questão estratégica para o desenvolvimento.

Mudanças climáticas como força demográfica

Uma quinta questão, ainda pouco representada na agenda demográfica, mas crescentemente urgente, refere-se aos efeitos das mudanças climáticas sobre a dinâmica populacional. De maneira distinta das ameaças tradicionais à sobrevivência humana, que operam principalmente por meio de doenças infecciosas ou crises alimentares localizadas, as mudanças climáticas configuram uma pressão demográfica estrutural, de longa duração e geograficamente seletiva. Seus efeitos sobre as populações humanas se manifestam por múltiplas vias: diretamente, por meio do aumento da mortalidade associado a eventos extremos, como ondas de calor, inundações, furacões e secas; e indiretamente, por meio de impactos na segurança alimentar, na disponibilidade de água, na produtividade agrícola e nos sistemas de saúde (Dyson, 2022).

O componente mais demograficamente significativo das mudanças climáticas, contudo, pode ser a migração forçada. Estimativas recentes sugerem que dezenas de milhões de pessoas já se deslocaram em função de eventos climáticos nas últimas décadas e que esse número poderá crescer substancialmente ao longo do século XXI, a depender dos cenários de emissões e das capacidades de adaptação das sociedades afetadas (IPCC, 2022). A América Latina, e o Brasil, em particular, estão entre as regiões mais vulneráveis a esse processo: o semiárido nordestino, as zonas costeiras de baixa altitude e a Amazônia são exemplos de territórios expostos a riscos climáticos crescentes que podem induzir deslocamentos populacionais de grande magnitude. A integração da demografia climática na análise prospectiva da dinâmica populacional é, portanto, uma necessidade metodológica e não apenas um exercício de cenários.

Migração internacional e seus limites políticos

Uma sexta questão se refere ao papel da migração internacional na redistribuição populacional global e ao conjunto de restrições políticas e sociais que a limitam. Do ponto de vista puramente demográfico, a migração representa um mecanismo potencialmente eficiente de redistribuição de excedentes populacionais de regiões com alta fecundidade e crescimento acelerado para regiões com envelhecimento avançado e declínio da força de trabalho. Projeções da ONU e de pesquisadores independentes sugerem que, para manter populações ativas estáveis, países com fecundidade muito abaixo da reposição precisariam absorver volumes de imigrantes muito superiores aos que suas instituições e opiniões públicas têm aceitado (United Nations, 2000; Bijak *et al.*, 2007). A relação entre desenvolvimento e migração é não linear e dependente de capacidades: melhorias econômicas e educacionais frequentemente ampliam a mobilidade antes de reduzi-la (De Haas, 2021). Isso significa que o crescimento da África e da Ásia pode intensificar, e não reduzir, os fluxos migratórios nas próximas décadas.

No entanto, em um mundo caracterizado por fortes desigualdades econômicas, polarização política crescente e episódios recorrentes de xenofobia e racismo, permanece profundamente incerto até que ponto a mobilidade internacional poderá desempenhar o papel de equilíbrio que a lógica demográfica sugere. O Brasil oferece aqui um caso analítico de crescente relevância: na última década, o país se tornou um destino significativo de fluxos migratórios provenientes da Venezuela, do Haiti e de países africanos de língua portuguesa, transformando-se, pela primeira vez em sua história recente, em um receptor líquido de migração internacional em determinados períodos. A gestão institucional desses fluxos — incluindo as condições de inserção no mercado de trabalho, o acesso a serviços públicos e as perspectivas de integração de longo prazo — constitui um desafio político e social cujas implicações demográficas ainda não foram plenamente avaliadas.

Implicações econômicas do envelhecimento e o esgotamento dos dividendos demográficos

Por fim, uma sétima questão aborda as implicações econômicas do envelhecimento populacional. A transição demográfica altera profundamente a estrutura etária das populações e, por conseguinte, as relações entre produção, consumo e transferências intergeracionais. Mudanças na

estrutura etária podem criar condições temporariamente favoráveis ao crescimento econômico quando ocorre um aumento relativo da população em idade ativa, o chamado dividendo demográfico (Lee, 2003). Em fases posteriores da transição, contudo, o envelhecimento populacional tende a aumentar a razão de dependência idosa e a modificar o equilíbrio entre produção e consumo ao longo do ciclo de vida. Estudos baseados nas *National Transfer Accounts* mostram que os efeitos dessas transformações dependem fortemente das instituições que organizam as transferências entre gerações e da forma como as sociedades financiam o consumo ao longo do ciclo de vida (Lee; Mason, 2014; Lee; Reher, 2011; Reher, 2021).

O caso brasileiro ilustra de forma clara essas interações entre a dinâmica demográfica, o mercado de trabalho e as instituições sociais. O país experimentou uma das transições demográficas mais rápidas já registradas e, durante parte desse período, as mudanças na estrutura etária contribuíram positivamente para o crescimento econômico por meio da expansão da população em idade ativa, o chamado primeiro dividendo demográfico (Queiroz; Turra, 2010). Esse processo foi reforçado por um segundo componente de natureza distinta: o crescimento das taxas de participação feminina no mercado de trabalho, que ampliou a população economicamente ativa além do que o crescimento demográfico por si só explicaria; fenômeno descrito na literatura brasileira como bônus de gênero (Wajzman, 1997; Wajzman; Rios-Neto, 1999; Wajzman; Machado, 2003; Wajzman, 2006; Barbosa Filho *et al.*, 2016). Entre 1970 e 2010, enquanto a população em idade ativa cresceu cerca de 2,7 vezes, a população economicamente ativa cresceu mais de três vezes, impulsionada sobretudo pela expansão da participação feminina.

Entretanto, o primeiro dividendo demográfico já se esgotou e o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho tende a se exaurir nas próximas décadas. À medida que as taxas de participação feminina se aproximam de seus limites superiores e o envelhecimento populacional reduz o crescimento da população em idade ativa, a expansão da oferta de trabalho tende a desacelerar significativamente. Projeções indicam que, a partir dos anos 2030, a população economicamente ativa poderá crescer a um ritmo cada vez menor e, eventualmente, declinar (Barbosa Filho *et al.*, 2016). Em uma economia caracterizada por crescimento modesto e desigualdades sociais, o envelhecimento populacional tende a intensificar as pressões sobre os sistemas de proteção social e a aumentar a demanda por serviços de cuidado. Nesse contexto, o futuro da dinâmica demográfica brasileira dependerá não apenas da evolução das taxas de fecundidade, mortalidade e migração, mas também da capacidade das instituições

econômicas e sociais de se adaptarem às novas configurações da estrutura etária da população.

Conclusão

As questões elencadas nesta seção não são independentes entre si. Os limites da longevidade determinam o ritmo do envelhecimento. A fecundidade futura determina se haverá ou não reposição geracional. As desigualdades entre mortalidade e morbidade determinam quem envelhece com saúde e quem envelhece com dependência. A organização do cuidado conecta os regimes de fecundidade à participação feminina no mercado de trabalho. A migração internacional representa o mecanismo de ajuste demográfico mais imediato, porém contestado, para as mudanças climáticas. Essas interações fazem do estudo prospectivo das populações um exercício de síntese que transcende qualquer uma dessas dimensões quando considerada isoladamente.

A transição demográfica permanece uma força estruturante das sociedades contemporâneas. Em um mundo marcado por profundas incertezas sobre as trajetórias futuras da mortalidade, da fecundidade, e da migração, a demografia continuará a ser central nos debates sobre desenvolvimento, desigualdade e sustentabilidade. Compreender o futuro das populações humanas também significa entender como as sociedades escolhem organizar a produção, a reprodução social e as relações entre gerações em um mundo em rápida transformação.

Referências

- Aburto, José Manuel; Schöley, Jonas; Kashnitsky, Ilya *et al.* Quantifying impacts of the COVID-19 pandemic through life-expectancy losses: a population-level study of 29 countries. *International Journal of Epidemiology*, v. 51, n. 1, 2022, p. 63-74.
- Barbosa Filho, Fernando Holanda; Turra, Cássio M.; Wajnman, Simone; Guimarães, Rafael. Transição demográfica, oferta de trabalho e crescimento econômico no Brasil. *In: Bonelli, Regis; Veloso, Fernando (ed.). A crise de crescimento no Brasil.* Rio de Janeiro: Elsevier-FGV/IBRE, 2016.
- Becker, Gary S. An Economic Analysis of Fertility. *In: National Bureau of Economic Research (ed.). Demographic and Economic Change in Developed Countries.* Princeton: Princeton University Press, 1960, p. 209-240.

- Berquó, Elza. Brasil, um caso exemplar — anticoncepção e partos cirúrgicos, à espera de uma ação exemplar. *Estudos Feministas*, v. 1, n. 2, p. 366-381, 1993.
- Bijak, Jakub; Kupiszewska, Dorota; Kupiszewski, Marek; Saczuk, Katarzyna; Kicinger, Anna. Population and Labour Force Projections for 27 European Countries, 2002-052: Impact of International Migration on Population Ageing. *European Journal of Population*, v. 23, n. 1, 2007, p. 1-31.
- Bocquier, Philippe; Costa, Rafael. Which Transition Comes First? Urban and Demographic Transitions in Belgium and Sweden. *Demographic Research*, n. 33, p. 1297-1332, 2015.
- Bongaarts, John; Watkins, Susan Cotts. Social Interactions and Contemporary Fertility Transitions. *Population and Development Review*, v. 22, n. 4, p. 639-682, 1996.
- Botelho, Tarcísio R. Censos e Construção Nacional no Brasil Imperial. *Tempo Social*, v. 17, n. 1, p. 321-345, 2005.
- Brito, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, p. 221-236, 2006.
- Caldwell, John C. Toward a Restatement of Demographic Transition Theory. *Population and Development Review*, v. 2, n. 3-4, p. 321-366, 1976.
- Casterline, John B. The Pace of Fertility Transition: National Patterns in the Second Half of the Twentieth Century. *Population and Development Review*, n. 27, Supplement: Global Fertility Transition, p. 17-52, 2001.
- Chesnais, Jean-Claude. Demographic Transition Patterns and Their Impact on the Age Structure. *Population and Development Review*, v. 16, n. 2, p. 327-336, 1990.
- Coale, Ansley J. The Demographic Transition. In: *International Population Conference*, Liège. Liège: IUSSP, 1973.
- Coale, Ansley J. The Demographic Transition. *The Pakistan Development Review*, v. 23, n. 4, p. 531-552, 1984.
- Coleman, David; Rowthorn, Robert. Who's Afraid of Population Decline? A Critical Examination of Its Consequences. *Population and Development Review*, n. 37(Supplement), p. 217-248, 2011.
- Cutler, David; Deaton, Angus; Lleras-Muney, Adriana. The determinants of mortality. *Journal of Economic Perspectives*, v. 20, n. 3, p. 97-120, Summer 2006.
- Davis, Kingsley. The World Demographic Transition. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, n. 237, p. 1-11, 1945.
- Davis, Kingsley. The Theory of Change and Response in Modern Demographic History. *Population Index*, v. 29, n. 4, p. 345-366, 1963.

- De Haas, Hein. *Migration Transitions: A Theoretical and Empirical Inquiry into the Developmental Drivers of International Migration*. Oxford: International Migration Institute, 2010.
- De Haas, Hein. A Theory of Migration: The Aspirations-Capabilities Framework. *Comparative Migration Studies*, n. 9, p. 8, 2021.
- Deaton, Angus. Health, inequality, and economic development. *Journal of Economic Literature*, v. 41, n. 1, p. 113–158, mar. 2003.
- Dias, Camila Loureiro; BOMBARDI, Fernanda Aires; COSTA, Eliardo. Dimensão da população indígena incorporada ao Estado do Maranhão e Grão-Pará entre 1680 e 1750: uma ordem de grandeza. *Revista de História*, n. 179, p. 1-31, 2020.
- Dyson, Tim. *Population and Development: The Demographic Transition*. London: Zed Books, 2010.
- Dyson, Tim. The Role of the Demographic Transition in the Process of Urbanization. *Population and Development Review*, n. 37(Supplement), p. 34-54, 2011.
- Dyson, Tim. Global Heating and the Demographic Future. *Demography India*, v. 51, n. 1, p. 1-16, 2022.
- Easterlin, Richard A. An Economic Framework for Fertility Analysis. *Studies in Family Planning*, v. 6, n. 3, p. 54-63, 1975.
- Fries, James F. Aging, Natural Death, and the Compression of Morbidity. *New England Journal of Medicine*. v. 303, n. 3, 1980, p. 130-135.
- Gomes, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- Gonçalves, Guilherme Quaresma; Carvalho, José Alberto Magno de; Wong, Laura Lídia Rodríguez; Turra, Cássio M. A transição da fecundidade no Brasil ao longo do século XX — uma perspectiva regional. *Revista Brasileira de Estudos de População*, n. 36, p. e0098, 2019.
- Harris, John R.; Todaro, Michael P. Migration, Unemployment and Development: A Two-Sector Analysis. *American Economic Review*, v. 60, n. 1, p. 126-142, 1970.
- Hatton, Timothy J.; Williamson, Jeffrey G. *The Age of Mass Migration: Causes and Economic Impact*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- IBGE. *VI Recenseamento Geral do Brasil - 1950: Censo Demográfico (resultados finais)*. Rio de Janeiro: IBGE, Serviço Nacional de Recenseamento, 1956.
- IBGE. *VII Recenseamento Geral do Brasil - 1960: Censo Demográfico (resultados finais)*. Rio de Janeiro: IBGE, Serviço Nacional de Recenseamento, 1962.

IBGE. *Censo Demográfico 1970: Resultados Finais* (Brasil e Unidades da Federação). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1973.

IBGE. *Censo Demográfico 1980: Resultados Finais* (Brasil e Unidades da Federação). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1982.

IBGE. *Censo Demográfico 1991: Resultados do Universo* (Brasil e Unidades da Federação). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1994.

IBGE. *Brasil: 500 Anos de Povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2007. ISBN 978-85-240-3940-9.

IBGE. *Projeções da população: Brasil e unidades da federação - Revisão 2024*. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2024.

IPCC. *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability*. Working Group II Contribution to the Sixth Assessment Report. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

Jesus, Jordana Cristina de; WAJNMAN, Simone; TURRA, Cassio M. Trabalho doméstico não remunerado e as transferências intergeracionais de tempo no Brasil. In: *A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas*. Campinas: Pontes Editores, 2020, p. 139-167.

Jesus, Jordana Cristina de; TURRA, Cassio M.; WAJNMAN, Simone. An Empirical Method for Adjusting Time Use Data in Brazil. *Dados — Revista de Ciências Sociais*, v. 66, n. 1, 2023.

Kirk, Dudley. Demographic Transition Theory. *Population Studies*, v. 50, n. 3, p. 361-387, 1996.

La Ferrara, Eliana; Chong, Alberto; Duryea, Suzanne. Soap Operas and Fertility: Evidence from Brazil. *American Economic Journal: Applied Economics*, v. 4, n. 4, 2012, p. 1-31.

Lam, David; Duryea, Suzanne. Effects of Schooling on Fertility, Labor Supply, and Investments in Children, with Evidence from Brazil. *Journal of Human Resources*, v. 34, n. 1, 1999, p. 160-192.

Landry, Adolphe. *La Révolution Démographique*. Paris: Sirey, 1934.

Lee, Everett S. A Theory of Migration. *Demography*, v. 3, n. 1, p. 47-57, 1966.

Lee, Ronald D. A Historical Perspective on Economic Aspects of the Population Explosion: The Case of Preindustrial England. In: Easterlin, Richard A. (ed.). *Population and Economic Change in Developing Countries*. Chicago: University of Chicago Press: NBER, 1980, p. 517-566.

Lee, Ronald D. The Demographic Transition: Three Centuries of Fundamental Change. *Journal of Economic Perspectives*, v. 17, n. 4, 2003, p. 167-190.

Lee, Ronald D.; Mason, Andrew (ed.). *Population Aging and the Generational Economy: A Global Perspective*. Cheltenham: Edward Elgar, 2011.

Lee, Ronald D.; Mason, Andrew. Is Low Fertility Really a Problem? Population Aging, Dependency, and Consumption. *Science*, v. 346, n. 6206, p. 229-234, 2014.

LEE, Ronald D.; REHER, David S. (ed.). Demographic Transition and Its Consequences. *Population and Development Review*, n. 37(Supplement), p. 1-220, 2011.

Lesthaeghe, Ron. The Unfolding Story of the Second Demographic Transition. *Population and Development Review*, v. 36, n. 2, p. 211-251, 2010.

Levy, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). *Revista de Saúde Pública*, n. 8(Supl.), p. 49-90, 1974.

Livi-Bacci, Massimo. *A Concise History of World Population*. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1997.

Lutz, Wolfgang; Skirbekk, Vegard; Testa, Maria Rita. The Low-Fertility Trap Hypothesis: Forces That May Lead to Further Postponement and Fewer Births in Europe. *Vienna Yearbook of Population Research*, n. 4, p. 167-192, 2006.

Macinko, James; Beltrán-Sánchez, Hiram; Mambrini, Juliana Vaz De Melo; Lima-Costa, Maria Fernanda. Socioeconomic, Disease Burden, Physical Functioning, Psychosocial, and Environmental Factors Associated With Mortality Among Older Adults: The Brazilian Longitudinal Study of Ageing (ELSI-Brazil). *Journal of Aging and Health*, v. 36, n. 1-2, 2024, p. 25-34. doi: 10.1177/08982643231171184.

Martine, George. Brazil's Fertility Decline, 1965-95: A Fresh Look at Key Factors. *Population and Development Review*, v. 22, n. 1, p. 47-75, 1996.

Martine, George; Camargo, Lício. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 1, n. 1/2, p. 99-144, 1984.

Massey, Douglas S.; Arango, Joaquín; Hugo, Graeme; Kouaouci, Ali; Pellegrino, Adela; Taylor, J. Edward. Theories of International Migration: A Review and Appraisal. *Population and Development Review*, v. 19, n. 3, p. 431-466, 1993.

- McDonald, Peter. Gender Equity in Theories of Fertility Transition. *Population and Development Review*, v. 26, n. 3, p. 427-439, 2000.
- Mckeown, Thomas. *The Modern Rise of Population*. London: Edward Arnold, 1976.
- Merrick, Thomas W.; Graham, Douglas H. *População e Desenvolvimento Econômico no Brasil: de 1800 até a Atualidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- Mortara, Giorgio. Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil. *Revista Brasileira de Estatística*, n. 2, p. 267-276, 1941.
- Notestein, Frank W. Population - The Long View. In: Schultz, Theodore W. (ed.). *Food for the World*. Chicago: University of Chicago Press, 1945, p. 36-57.
- Olshansky, S. Jay; Passaro, Douglas J.; Hershov, Ronald C. et al. A Potential Decline in Life Expectancy in the United States in the 21st Century. *New England Journal of Medicine*, v. 352, n. 11, 2005, p. 1138-1145.
- Omran, Abdel R. The Epidemiologic Transition: A Theory of the Epidemiology of Population Change. *Milbank Memorial Fund Quarterly*, v. 49, n. 4, p. 509-538, 1971.
- Paiva, Paulo de Tarso Almeida. O processo de proletarização e a transição da fecundidade no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, v. 41, n. 4, 1987.
- Paiva, Paulo T. A.; Wajnman, Simone. Das causas às consequências econômicas da transição demográfica no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 22, n. 2, p. 303-322, 2005.
- Paiva, Clotilde Andrade; Rodarte, Mario Marcos Sampaio; GODOY, Marcelo Magalhães. Acesso digital às listas nominativas: Poplin-Minas-1830. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, 20-24 de setembro 2010.
- Palloni, Alberto; Rafalimanana, Hantamalala. The Effects of Infant Mortality on Fertility Revisited: New Evidence from Latin America. *Demography*, v. 36, n. 1, p. 41-58, 1999.
- Potter, Joseph E.; Schmertmann, Carl P.; Assunção, Renato M.; Cavenaghi, Suzana M. Mapping the Timing of Fertility Decline in Brazil. *Population and Development Review*, v. 36, n. 2, p. 283-307, 2010.
- Preston, Samuel H. The Changing Relation between Mortality and Level of Economic Development. *Population Studies*, v. 29, n. 2, p. 231-248, 1975.
- Preston, Samuel H. (ed.). *The Effects of Infant and Child Mortality on Fertility*. New York: Academic Press, 1978.

Queiroz, Bernardo Lanza; Turra, Cássio M. *Window of Opportunity: Socioeconomic Consequences of Demographic Changes in Brazil*. Washington, DC: NTA, 2010. Disponível em: <http://www.ntaccounts.org/doc/repository/QT2010.pdf>.

Reher, David S. Back to the Basics: Mortality and Fertility Interactions during the Demographic Transition. *Continuity and Change*, v. 14, n. 1, p. 9-31, 1999.

Reher, David S. The Aftermath of the Demographic Transition in the Developed World: Interpreting Enduring Disparities in Reproductive Behavior. *Population and Development Review*, v. 47, n. 2, p. 475-503, 2021.

Ribeiro, Mirian Martins; Turra, Cássio M.; Pinto, Cristine Campos de Xavier. Mortalidade adulta por nível de escolaridade em São Paulo: análise comparativa a partir de diferentes estratégias metodológicas. *Revista Brasileira de Estudos de População*, n. 38, p. e0139, 2021. doi: 10.20947/S0102-3098a0139.

Rindfuss, Ronald R.; Brewster, Karen L. Childrearing and Fertility. *Population and Development Review*, n. 22(Supplement), p. 258-289, 1996.

Rios-Neto, Eduardo L. G.; Miranda-Ribeiro, Adriana De; Miranda-Ribeiro, Paula. Fertility Differentials by Education in Brazil: From the Conclusion of Fertility Decline to the Onset of the Postponement Transition. *Population and Development Review*, v. 44, n. 3, p. 489-517, 2018.

Rodarte, Mario Marcos Sampaio. *O Trabalho do Fogo: Domicílios ou Famílias do Passado, Minas Gerais, 1830*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

Scliar, Moacyr. *Oswaldo Cruz e Carlos Chagas: o Nascimento da Ciência no Brasil*. São Paulo: Odysseus, 2002.

Simões, Celso Cardoso da Silva. Breve histórico do processo demográfico. In: *Brasil: Uma Visão Geográfica e Ambiental no Início do Século XXI*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. doi: 10.21579/isbn.9788524043864_cap.2.

Soares, Rodrigo R. On the Determinants of Mortality Reductions in the Developing World. *Population and Development Review*, v. 33, n. 2, p. 247-287, 2007.

Sobotka, Tomáš. Overview Chapter 6: The Diverse Faces of the Second Demographic Transition in Europe. *Demographic Research*, n. 19, p. 171-224, 2008.

Szreter, Simon. The Importance of Social Intervention in Britain's Mortality Decline c. 1850-1914: A Reinterpretation of the Role of Public Health. *Social History of Medicine*, v. 1, n. 1, p. 1-38, 1988.

- Thompson, Warren S. Population. *American Journal of Sociology*, v. 34, n. 6, 1929, p. 959-975.
- Todaro, Michael P. A Model of Labor Migration and Urban Unemployment in Less Developed Countries. *American Economic Review*, v. 59, n. 1, p. 138-148, 1969.
- Turra, Cássio M.; Fernandes, Fernando. *Demographic Transition: Opportunities and Challenges to Achieve the Sustainable Development Goals in Latin America and the Caribbean*. Project Documents, LC/TS.2020/105. Santiago: CEPAL, 2020.
- Turra, Cassio M.; Rigotti, I.; Fernandes, F.; Hadad, R. *A dinâmica demográfica da Amazônia Legal: população e transição demográfica na Região Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Amazônia 2030, 2022.
- United Nations. *Replacement Migration: Is It a Solution to Declining and Ageing Populations?* New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 2000.
- United Nations. *World Population Prospects 2024: Summary of Results*. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 2024.
- Vallin, Jacques. The End of the Demographic Transition: Relief or Concern? *Population and Development Review*, v. 28, n. 1, p. 105-120, 2002.
- Vallin, Jacques; Meslé, France. Convergences and Divergences in Mortality: A New Approach to Health Transition. *Demographic Research Special Collection*, n. 2, p. 11-44, 2004.
- Van Dalen, Hendrik P.; Henkens, Kène. Who Fears and Who Welcomes Population Decline? *Demographic Research*, n. 25, p. 357-386, 2011.
- Van Nort, Leighton; Karon, Bertram P. Demographic Transition Re-examined. *American Sociological Review*, v. 20, n. 5, p. 523-527, 1955.
- Vaupel, James W. Life Expectancy at Current Rates vs. Current Conditions: A Reflexion Stimulated by Bongaarts and Feeney's "How Long Do We Live?" *Demographic Research*, v. 7, n. 8, p. 365-378, 2002.
- Wajnman, Simone. Tendências Prospectivas de Crescimento da População Economicamente Ativa no Brasil. *Texto para Discussão*, n. 111. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1997.
- Wajnman, Simone. Mulheres na Sociedade e no Mercado de Trabalho Brasileiro: Avanços e Entraves. In: porto, Marta (org.). *Olhares Femininos, Mulheres Brasileiras*. Rio de Janeiro: X Brasil, 2006, v. 4, p. 77-108.
- Wajnman, Simone; Machado, A. F. (org.). *Mercado de Trabalho: Uma Análise a partir das Pesquisas Domiciliares no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

Wajnman, Simone; Rios-Neto, Eduardo Luiz Gonçalves. Projeções de Oferta de Trabalho no Brasil. *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise* — *Boletim IPEA*, n. 9, p. 1-5, 1999.

Wilson, Chris. Thinking about Post-Transitional Demographic Regimes: A Reflection. *Demographic Research*, v. 28, n. 10, p. 1373-1388, 2013.

Wood, Charles H.; Carvalho, José Alberto Magno de. *The Demography of Inequality in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

Zelinsky, Wilbur. The Hypothesis of the Mobility Transition. *Geographical Review*, v. 61, n. 2, p. 219-249, 1971.